

JUVENTUDES E DIREITOS

na cidade



Jovens E PARTICIPAÇÃO

SEIS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
APRESENTAM METODOLOGIAS DE ATUAÇÃO COM
JOVENS EM NOVE MUNICÍPIOS BRASILEIROS



**OPERASJON
DAGSVERK**

OPERAÇÃO DIA DE TRABALHO (OD)

OD é a maior campanha de solidariedade na Noruega, organizada por, com e para a juventude. As campanhas anuais incluem educação internacionalizada para os jovens noruegueses, e que os jovens trabalhem um dia arrecadando fundos para o benefício da educação dos outros. Os recursos vão para projetos educacionais para a juventude nos países em desenvolvimento.



NORWEGIAN CHURCH AID

AJUDA DA IGREJA NORUEGUESA (AIN)

AIN é uma organização ecumênica que trabalha pela justiça global. Junto com pessoas e organizações ao redor do mundo, trabalha em três frentes: ajuda de emergência, desenvolvimento a longo prazo e incidência política visando interferir nas causas-raízes da pobreza e da injustiça. O trabalho é realizado sem qualquer intenção de influenciar a afiliação religiosa das pessoas.

KOLSTADGATA 1, 0652

OSLO, NORUEGA

www.od.no/OD-in-English

[@avmedforundom](https://www.facebook.com/avmedforundom)

[/operasjondagsverk](https://www.facebook.com/operasjondagsverk)

P.O. BOX 7100, ST. OLAVS PLASS, 0130

OSLO, NORUEGA

www.kirkensnodhjelp.no/en/

[@kirkensnodhjelp](https://www.facebook.com/kirkensnodhjelp)

[/kirkensnodhjelp](https://www.facebook.com/kirkensnodhjelp)

AÇÃO EDUCATIVA

COORDENAÇÃO DA ÁREA DE JUVENTUDE

Maria Virgínia Freitas

EQUIPE (2010-2015)

Bárbara Lopes

Bianca Cruz

Elias Silva

Gabriel Di Piero

Homero Filho

Natália Lago

Raquel Souza

Raquel Teles

DIACONIA

COORDENADOR POLÍTICO PEDAGÓGICO

Marcelino Lima

COORDENADORAS TERRITORIAIS

Gleizy Gueiros

(REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE)

Eliane Lopes

(REGIÃO METROPOLITANA FORTALEZA)

EQUIPE DO PROJETO

ASSESSORES/AS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Joselito Costa e Camila Rago

(REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE)

Luciana Brilhante

(REGIÃO METROPOLITANA FORTALEZA)

FASE - SOLIDARIEDADE E EDUCAÇÃO

DIRETORIA

Letícia Tura

Evanildo Barbosa da Silva

EQUIPE TÉCNICA

Aldebaran Moura

João Gomes

Rosimere Peixoto

Adelmo Araújo

Elieson Machado

Aercio Oliveira

Monica Ponte

Joana Barros

IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS

COORDENAÇÃO GERAL

Itamar Silva

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Patricia Lânes (2011-2012)

Marina Ribeiro (2013-2015)

PESQUISADORA

Marina Ribeiro

AUXILIAR DE PESQUISA (2015)

Leticia Maione

ESTAGIÁRIA (2013)

Mayara Lima

MOBILIZADORES/AS GRUPO ECO (2011-2015)

Barbara Barreto

Dorlene

Edson Oliveira

Jocelia Monterio Bispo

Lilian Hilário

Taís Montes Bispo

MOBILIZADORES/AS IFHEP (2011-2015)

Ana Carolina Campos

Ana Gabriela Ribeiro

Ana Paula de Souza Campos

Fernanda Barbosa

Guilherme Torre Alves

Guilherme Santos

Helen de Araujo

Ingrid Xavier

Juliane Sant'ana

Laryssa Souza

Monique Lima

KOINONIA

DIRETOR EXECUTIVO DE KOINONIA

Rafael Soares Oliveira

COORDENAÇÃO DO PROJETO OD

Jorge Atilio Silva Iulianelli

COORDENAÇÃO ADJUNTA DO PROJETO OD

Quitéria Ferreira

EQUIPE DE JOVENS COORDENADORES

Naiara Soares (SALVADOR)

Quitéria Gonçalves (DELMIRO GOUVEIA)

Josemar Soares da Silva (DELMIRO GOUVEIA)

Daniela Nobre (DELMIRO GOUVEIA)

Emanuelle Medeiros (PAULO AFONSO)

VIVA RIO/VIVA FAVELA

COORDENADOR

Carlos Costa

EQUIPE

Amaury Alves

Andressa Cabral

Caroll Bulcão

Carolina Britto

Debora Pio

Lucas Almeida

Paulo André Vieira

Paulo Barros

Tamiris Barcellos

Vitor Madeira

Walter Mesquita

William de Oliveira

JUVENTUDES E DIREITOS NA CIDADE

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO

Christian Schøien

Leandro Lamas Valarelli

Waneska Bonfim

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórula_Oficina de Ideias

ILUSTRAÇÃO (CAPA)

Isabella Amaral

IMPRESSÃO

Rotaplan

TIRAGEM

3 mil exemplares

SUMÁRIO

O que a
juventude
tem a dizer **02**

Por dentro
dos projetos **06**

Direitos
juvenis em
disputa **62**

Juventude
e o direito
à cidade **66**

Trajetórias juvenis
e garantia de
direitos de jovens

AÇÃO EDUCATIVA



08

Juventudes:
protagonismo,
autonomia e
transformação

DIACONIA



18

Justiça ambiental
e juventudes: que
papo é esse?

FASE



26



34

Juventude,
democracia e
participação

IBASE



42

Jovens quentes
na defesa dos
direitos e da justiça
climática

KOINONIA



54

Juventudes e as
novas tecnologias

VIVA FAVELA



O que a juventude tem a dizer

ESPERAMOS QUE AS DISCUSSÕES REALIZADAS
NOS PROJETOS APONTEM CAMINHOS
NA TRAJETÓRIA E NA MILITÂNCIA DOS
JOVENS E DAS ORGANIZAÇÕES

POR CHRISTIAN SCHØIEN _AJUDA DA IGREJA NORUEGUESA



FOTO: TAMIREZ BARCELLOS

A experiência de instituições brasileiras que atuam na luta pela garantia de direitos das juventudes convida a conhecer um pouco mais sobre a organização juvenil diante das diferentes realidades de vida dos jovens nas cidades, considerando a vasta diversidade regional do país. Organizações que atuam nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Alagoas, Bahia e Pernambuco foram estimuladas, a partir das suas experiências institucionais, a desenvolver um projeto conjunto com o objetivo comum de fortalecimento da organização social e política dos jovens para a garantia de direitos.

Assim, nos últimos cinco anos, no período de 2011 a 2015, foi realizado o programa “Juventudes e Direitos nas Cidades”, um trabalho que teve por objetivo fortalecer jovens brasileiros, seus grupos e coletivos, na sua luta pelos direitos das juventudes.

A proposta para atuação coletiva com jovens no Brasil envolveu as organizações FASE, Diaconia, Koinonia, Viva Favela, Ibase e Ação Educativa. Para isso, o grupo contou com a sensibilidade de outros jovens, desta vez de um país distante do Brasil, a Noruega, com a contribuição direta da organização AIN - Ajuda da Igreja Norueguesa.

**PONTO DE PARTIDA:
SOLIDARIEDADE ENTRE JOVENS
DA NORUEGA E DO BRASIL**

O programa foi realizado graças a uma iniciativa dos estudantes secundaristas da Noruega: a campanha Operação Dia de trabalho (OD). Esta é uma campanha anual de solidariedade organizada por, com e para jovens. No dia de trabalho que acontece em outubro, alunos entre 13 e 19 anos de toda a Noruega, em vez de irem para a escola, trabalham um dia para arrecadar fundos em prol de projetos de educação de jovens em países de renda média ou



“O objetivo do projeto é ampliar processos de organização e de participação política de jovens de baixa renda, criando alternativas de melhorias em suas condições e perspectivas de vida”

baixa. Nas semanas que antecedem o dia de trabalho, é organizada a campanha de conscientização nas escolas participantes, a Semana Internacional, durante a qual os alunos aprendem acerca da realidade de outros países e sobre os projetos específicos a serem apoiados naquele ano.

Em 2010, a proposta “Juventudes e Direitos na Cidade” apresentada pela Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN) ganhou a votação na assembleia anual da Organização Nacional de Estudantes Secundaristas da Noruega, sendo assim o alvo da campanha OD daquele ano, assegurando apoio financeiro para os próximos cinco anos no Brasil. A proposta apresentou um trabalho com juventude no contexto urbano como o foco principal para uma intervenção. Com base no acúmulo de trabalho com jovens, as seis organizações acima mencionadas, todas elas parceiras da AIN no Brasil, foram selecionadas para receber apoio para o período.

DE ONDE ESTAMOS FALANDO?

A realidade urbana brasileira é marcada pelo aumento dos problemas sociais nas cidades, especialmente nas capitais e regiões metropolitanas. A crise das cidades é caracterizada pelo crescimento da violência, afetando principalmente os grupos sociais mais vulneráveis, como a população da periferia e favelas das cidades, jovens e mulheres, predominantemente negra.

Os dados socioeconômicos relacionados aos jovens entre 15 e 29 anos evidenciam claramente o agravamento das condições de vida e a dificuldade de garantia de direitos, destacando em particular a baixa qualidade do ensino oferecido à população, as dificuldades de integração no mercado de trabalho e as altas taxas de mortalidade dos jovens.

Embora o Brasil seja um pioneiro no continente na estruturação de um conjunto de direitos e políticas para a juventude, existem poucas iniciativas reais para as políticas e instrumentos eficazes de controle social e promoção da cidadania ativa. Atualmente, é difícil defender que exista política pública de juventude, mas sim um conjunto de programas independentes para jovens, muitas vezes desconectados uns dos outros.

Vale ressaltar também que no contexto atual do Brasil, nem os direitos conquistados são uma garantia. Retrocessos na área de direitos humanos na legislação brasileira, atualmente, acontecem com frequência, sendo uma ameaça constante também para as políticas de juventude. Nesse contexto fica ainda mais evidente a necessidade de dar espaço a novas gerações de jovens, apoiar as suas causas e suas lutas em prol de uma sociedade digna, baseada no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos.

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

Considerando a realidade dos jovens nas cidades brasileiras, foi proposto o Programa com o objetivo específico de ampliar processos de organização e de participação política de jovens do sexo masculino e feminino, de famílias de baixa renda, de oito regiões metropolitanas brasileiras, criando alternativas de melhorias em suas condições e perspectivas de vida, respeitando suas diferenças socioculturais, escolhas e preferências.

As seis organizações selecionadas para integrar o programa são reconhecidas e ocupam lugar de destaque na sociedade civil brasileira. Elas representam um alto grau de diversidade, cada uma com as suas áreas de competência específicas, abordagens e metodologias diferentes. Comum para todas é a abordagem baseada em direitos, já integrada na sua forma de atuação, especialmente na experiência acumulada no trabalho com os direitos das juventudes.

As estratégias previstas no âmbito do Programa já vinham sendo implementadas ou foram resultados de redesenhos e adaptações em função da definição dos jovens urbanos como público prioritário. Neste sentido, o Programa não atuou a partir de uma estratégia única, mas de um conjunto articulado de diversas estratégias, implementadas em diferentes territórios, junto a jovens e grupos juvenis, também eles bastante diversificados, como são as juventudes brasileiras. Considerando a realidade brasileira, esta diversidade foi reconhecida, antes de tudo, como uma riqueza do Programa, na medida em que pode permitir a identificação de uma multiplicidade de metodologias e estratégias de ação, bem como lições sobre os principais elementos a considerar nas ações

voltadas para fortalecer o protagonismo juvenil.

No entanto, nesta variedade de componentes, cabe ressaltar que todos os projetos tiveram em comum:

- o foco na participação juvenil e no direito à cidade como eixos que articulam o debate de diversos temas relevantes para as juventudes urbanas;
- a implementação de processos estruturados de formação e/ou capacitação com jovens, considerando a diversidade de temas e instrumentos metodológicos, que vão desde o uso de mídias (fotografia, vídeo, produção gráfica), até temas mais gerais como direito à educação, justiça ambiental e participação social.

APRENDIZADOS

A vivência e convivência das organizações para desenvolver um programa coletivo para jovens, reconhecendo a diversidade das juventudes e as diferentes metodologias institucionais, formaram, por si só, a base do processo de aprendizado e o pré-requisito para a observação e identificação dos resultados colhidos com esta experiência.

Neste processo, os jovens foram analisando as suas realidades e, a partir delas, foram reforçando as identidades e o reconhecimento da existência de diferentes juventudes. Assim, passaram a identificar as violações e o que era necessário para que cada um fosse reconhecido como sujeito de direitos e tivesse suas condições de vida modificadas. Com esta leitura do contexto, perceberam que juntos com outros jovens poderiam ter mais força para mudar a sua condição.

Assim, os coletivos e organizações juvenis neste programa ganharam mais centralidade. Os grupos de jovens passaram a ser parte determinante do processo de desenvolvimento das ações. A discussão e deliberação coletiva em cada território ou organização passaram a ser parte do processo, agregando valor e particularidade às intervenções. Em cada um dos locais de atuação do Programa, os jovens e seus coletivos passaram a liderar e serem considerados na luta pela garantia de direitos. Este é um resultado do Programa que multiplica a capacidade de incidência política das diferentes juventudes, fortalecendo a organização nos territórios e as influências para mudar as condições de vida nas cidades.

REGISTROS PARA O FUTURO

A AIN tem atuado no Brasil durante os últimos 25 anos - 20 deles contando com apoio dos estudantes através de quatro campanhas OD desde 1991, assegurando um foco forte na promoção dos direitos da juventude como um eixo central do nosso trabalho. Com essa história, somos capazes de identificar as muitas transformações e conquistas que têm havido nesse campo desde os anos 1990. De diferentes maneiras, todas as seis organizações brasileiras aqui envolvidas têm feito contribuições importantes para a criação desse novo cenário.

Como o término destes cinco anos do programa coincide com a lamentável saída da AIN do Brasil esse ano, tornou-se importante a sistematização destas experiências, tanto para documentar um ciclo importante de trabalho com juventude, como também para que essas experiências possam servir de inspiração para outros atores atuantes neste campo, tanto no Brasil como em outros países.

Chegado ao fim deste ciclo de cinco anos, optamos por não fazer uma avaliação tradicional, mas um processo participativo envolvendo os jovens e parceiros na produção de um filme¹ e uma publicação que apresentem as experiências vividas, os aprendizados e os desafios identificados a partir deste processo. Assim, valorizamos a construção coletiva, vendo-a como uma possibilidade de trazer de forma mais significativa as vozes e opiniões dos jovens envolvidos nos projetos de cada organização, compondo um mosaico avaliativo do Programa.



“Os coletivos e organizações juvenis passaram a ser parte determinante do processo de desenvolvimento das ações”

O objetivo é que estes dois produtos possam documentar um processo de cinco anos de funcionamento do Programa, bem como servir de instrumentos que facilitem mais a socialização de informações sobre o Programa que um relatório de avaliação tradicional e convencional.

Além dos produtos, a vivência do próprio processo é vista como aprendizagem em si. É de esperar que as discussões realizadas no âmbito dos diferentes projetos tenham servido para uma autorreflexão sobre os passos feitos - o que deu certo/não deu certo e por quê - assim, apontando para futuros caminhos na trajetória dos processos e da militância dos jovens e das organizações.

O resultado deste processo de aprendizagem está exposto nos primeiros seis artigos, apresentados por cada uma das organizações parceiras que desenvolveram a experiência de fortalecimento da autonomia e da organização de jovens para a participação política e a garantia de direitos. Os dois últimos artigos têm abordagens temáticas, trazendo uma reflexão mais geral sobre dimensões e temas transversais abordados na maioria dos diversos projetos, sendo estes 1) O jovem como sujeito de direitos e 2) Direito à cidade.

Esperamos que os textos possam servir de inspiração para outros jovens e suas organizações, ONGs que trabalham na área, e quem estuda ou se interessa pelo assunto.

Boa leitura!

NOTAS

1. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KxlHTB-oeF4>

FASE

BELÉM - PA

Programa *Juventude, Direito à Cidade e Justiça Ambiental*, com participação na Campanha de Combate ao Extermínio da Juventude Negra, junto ao coletivo *Do luto à luta: a periferia resiste*, que monitora a *Chacina de Belém*. Atua ainda na produção de vídeo, cartografia social e atividades formativas e culturais com jovens quilombolas do Abacatal, onde também realiza ações de denúncia, resistência e monitoramento dos conflitos socioambientais por conta da sua proximidade dos depósitos de lixo da Região Metropolitana de Belém e do despejo de esgotos oriundos dos condomínios construídos com recursos do Programa *Minha Casa Minha Vida* nos igarapés que atravessam a comunidade.

POR DENTRO DOS

PROJETOS

ESPALHADAS PELO **TERRITÓRIO BRASILEIRO**, VEJA ONDE
E COMO ATUAM AS ORGANIZAÇÕES

FOTO: KAREN ELLOT_FLICKR

DIACONIA

RECIFE E OLINDA - PE
FORTALEZA - CE

Desenvolvido em comunidades populares de Recife (PE), Olinda (PE) e Fortaleza (CE), o projeto *Juventude, Movimento e Atitude* envolveu jovens de 15 a 29 anos. Seu objetivo principal foi fortalecer a atuação e a organização juvenil.

FASE RECIFE - PE

Formação de juventudes na região metropolitana de Recife para ação local e incidência política com temas ligados ao direito à cidade, cartografia social, juventude e exclusão, realização de audiência pública contra o extermínio de jovens negros, publicação de 12 edições do *Fanzine Ambiente Juvenil* e produção de dois vídeos com temas centrais do projeto, além de apoio às ações do Fórum das Juventudes de Pernambuco.

KOINONIA

DELMIRO GOUVEIA - AL
PAULO AFONSO E SALVADOR - BA

O projeto *Jovens Quentes na Promoção de Direitos e da Justiça Climática* mobiliza jovens nas cidades de Delmiro Gouveia (AL), Paulo Afonso e Salvador (BA) para a produção de ações culturais, esportivas, de enfrentamento à injustiça climática e da superação do racismo e da intolerância religiosa.

FASE RIO DE JANEIRO - RJ

No Rio de Janeiro, jovens moradores da Maré participaram da ação Juventude na luta pelo Direito à Cidade e Justiça Climática, através da construção da *Cartografia Social Olhares dos jovens da Maré sobre Direito à Cidade e Injustiças Ambientais* e da exposição fotográfica *Olhares dos jovens sobre questões ambientais na Maré*.

IBASE RIO DE JANEIRO - RJ

Os Coletivos Santa Marta e Campo Grande buscam incentivar e fortalecer a mobilização juvenil local. Juntamente com o Grupo Eco, da favela Santa Marta, o foco principal foi nas questões referentes ao lixo, ao espaço público e às tarifas públicas. Em Campo Grande, em parceria com o Ifhep, os temas priorizados foram transporte, saúde, cultura, meio ambiente e a especulação imobiliária.

VIVA FAVELA RIO DE JANEIRO - RJ

Promove a formação de jovens através do Programa de Formação de Correspondentes Comunitários Multimídia (PFCCM), cujo conteúdo produzido é publicado no site vivafavela.com. Além disso, o projeto também realiza atividades que refletem o cotidiano dos jovens residentes de favelas e periferias, como discussões, sessões de cinema e visitas às comunidades.

AÇÃO EDUCATIVA SÃO PAULO - SP

O projeto *Jovens na Metrópole* promove os direitos e a participação política de jovens moradores/as de São Paulo. Envolve um conjunto de ações que incidem nas suas trajetórias individuais e coletivas, bem como nas políticas públicas, considerando os campos da cultura, educação e trabalho.



FOTO: GABRIEL DI PIERRO

Trajetórias juvenis E GARANTIA DE DIREITOS DE JOVENS

A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DA ÁREA DE JUVENTUDE DA **AÇÃO EDUCATIVA** E SEUS PROJETOS POR **AÇÃO EDUCATIVA**

Um olhar para os últimos anos no Brasil mostra um período de grande intensidade política no campo da juventude, com muitas conquistas a serem comemoradas: a constituição e ampliação de institucionalidades de políticas de juventude; a constituição e ampliação de espaços de participação social, que fortalecem a democracia brasileira; a influência desses espaços na configuração de políticas públicas e de uma visão de juventude como sujeito de direitos; a ampliação de acesso a direitos, que fizeram dos jovens de hoje a geração mais escolarizada do país. Duas significativas expressões desses avanços são a promulgação, em 2013,

do Estatuto da Juventude - uma antiga agenda de diversas organizações e movimentos desse campo - e o lançamento do Plano Juventude Viva, que busca responder à principal demanda apresentada pelas duas Conferências de Juventude, que é o enfrentamento à violência contra a juventude negra no país.

Por isso, as chamadas Jornadas de Junho de 2013, que levaram às ruas milhões de pessoas, especialmente os jovens, foram, de forma geral, uma novidade e um baque. Elas denunciaram as limitações e contradições desse processo, como a fragilidade dos espaços e dos projetos públicos voltados à juventude, a persistência da desigualdade social e racial e a precariedade nas condições de acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança e ao território. Também refletiram a proliferação de iniciativas de coletivos e grupos juvenis sobretudo no campo da cultura, muitas com marcado caráter político. Além disso, ainda que de forma mais difusa, as manifestações de 2013 tiveram como um aspecto marcante o questionamento das estruturas e espaços de representação institucionais - justamente um dos aspectos de avanço desse período. Isso, somado às demandas pela maior presença do Estado no enfrentamento dos problemas sociais, aponta um quadro em que, não apenas as distorções do modelo de desenvolvimento, mas também as conquistas sociais, podem ser identificadas como motores dessa tomada das ruas. Ela aponta para a insuficiência do que foi conquistado e também para um novo patamar de reivindicações e demandas.

Em 2014, o ciclo de crescimento registrado nos últimos anos foi interrompido pelo agravamento da crise econômica, com cortes nos investimentos sociais, complexificando ainda mais esse quadro. Alastra-se a crise de representatividade e cresce fortemente a presença de setores conservadores na agenda pública. Isso nos coloca uma tarefa dupla e paradoxal: o trabalho pelo fortalecimento dos espaços de participação e dos instrumentos de formulação e monitoramento de políticas, sobreposto ao de sua crítica e à necessidade de aprofundar outras estratégias de intervenção política; e o trabalho de defesa dos avanços registrados em políticas setoriais, sobreposto à denúncia de sua insuficiência. E a Ação Educativa, com sua longa trajetória no campo dos direitos juvenis, tem buscado lidar com esse novo contexto e enfrentar esses desafios simultaneamente.

Sua área de Juventude tem duas linhas de ação complementares: uma voltada a pensar as trajetórias juvenis, especialmente no que se relaciona à educação e ao mundo do trabalho, buscando identificar as questões e demandas juvenis e contribuir para a promoção de políticas que as satisfaçam. A outra se volta a processos de articulação e incidência política, tendo em vista o fortalecimento da sociedade civil, dos espaços e processos de participação social, das institucionalidades das políticas de juventude e da articulação intersetorial das políticas, de forma a garantir a efetivação dos direitos dos e das jovens. As duas linhas são interligadas, conectando a formação de jovens à difusão de informações, à produção de conhecimentos e subsídios para a formulação de políticas públicas e à atuação em rede.

“As Jornadas de Junho de 2013 denunciaram a fragilidade dos espaços e dos projetos públicos voltados à juventude, a persistência da desigualdade social e racial e a precariedade nas condições de acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança e ao território”



A seguir apresentamos uma reflexão sobre nossas principais atuações nessas duas frentes, nos últimos anos.

PARTICIPAÇÃO JUVENIL E POLÍTICAS DE JUVENTUDE NA CIDADE

Na cidade de São Paulo, assim como no restante do país, as institucionalidades das políticas de juventude padecem quase sempre de fragilidade e descontinuidade, com períodos de avanços, seguidos por outros de enfraquecimento e retrocessos.

Em 2010, num período de fragilidade institucional e política, e também de acentuada desmobilização das organizações de juventude, a Ação Educativa estabeleceu parceria com outras organizações - o Instituto Paulista de



“O GT Juventude contribuiu para o fortalecimento do Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, chamando a atenção da sociedade a respeito do altíssimo número de mortes de jovens negros por agentes de segurança do Estado”

Juventude, a Comunidade Cidadã e a Pastoral de Juventude - e, juntas, buscam reacender o debate e a mobilização juvenil por meio de uma ação articulada, apoiada num trabalho constante de divulgação de informações estratégicas. Dessa iniciativa foi reestruturado o Grupo de Trabalho de Juventude da Rede Nossa São Paulo, a qual se constituía numa frente de entidades e grupos em torno de diferentes campos das políticas públicas no município. A aposta foi no sentido de articular forças da sociedade civil, a partir de organizações com diferentes pautas e estratégias, e atuação em diferentes regiões da cidade.

Por meio de um Blog, um Boletim virtual e um perfil em rede social, foram produzidas e divulgadas informações e análises sobre as ações do poder executivo municipal - especialmente as da Coordenadoria de Juventude -, do Conselho de Juventude, da Comissão de Juventude da Câmara Municipal e de grupos e organizações da sociedade civil. Simultaneamente, foi criada uma agenda de debates e articulações envolvendo jovens e outros segmentos sociais - inclusive o poder público - em diferentes espaços da cidade.

Suas atividades, em 2011, resultaram numa intensa agenda coletiva de elabo-

ração e aprimoramento de demandas e propostas para as políticas (sendo as mais importantes delas aprovadas na Conferência Municipal de Juventude).

Em 2012, em parceria com o Conselho Municipal de Juventude, o GT Juventude impulsionou a construção de propostas de lei, resultando na elaboração de leis de fomento a jovens produtores culturais (VAI II) e a iniciativas esportivas de jovens (VAE do Esporte). Além disso, essa parceria incidiu na lei orçamentária para 2013 (Lei Orçamentária Anual), com 14 propostas aprovadas, que totalizaram R\$19,7 milhões para programas e políticas de interesse dos e das jovens da cidade.

Ainda em 2012, no processo das eleições municipais, que resultou na vitória de Fernando Haddad, o GT Juventude atuou com vistas à incidência nas propostas das diversas candidaturas para as políticas de juventude. Em 2013, o VAI II, que ampliou recursos para iniciativas de



FOTO: GABRIEL DI PIERRO

Oficina *Tô no Rumo* (orientação profissional) em escola pública de São Paulo

jovens produtores culturais da periferia, foi incluído no Plano de Metas do governo municipal e finalmente aprovado na Câmara Municipal. O Plano de Metas também dialogava com outros pontos da agenda do GT Juventude: a inclusão do programa Juventude Viva, ampliação de vagas em creches, equipamentos culturais na periferia, educação profissional, ações de combate à homofobia e valorização da diversidade sexual e reestruturação dos centros de Cidadania da Mulher.

No mesmo ano de 2012 o GT Juventude contribuiu para o fortalecimento do Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, chamando a atenção da sociedade a respeito do altíssimo número de mortes de jovens negros por agentes de segurança do Estado. O comitê reuniu uma ampla gama de movimentos e entidades do movimento negro, grupos culturais de periferia e organizações de Direitos Humanos. A contribuição da Ação Educativa se deu na elaboração de documentos, na mobilização e organização de atividades e manifestações e no diálogo com a Secretaria de Segurança Pública e o governo estadual.

Em 2013, observa-se uma forte mudança de conjuntura. De um lado, a posse do prefeito Fernando Haddad trouxe consigo a abertura de uma série de espaços de diálogo com a juventude, em torno de diferentes temáticas e diferentes territórios. Se isso representou uma conquista importante, significou também uma pulverização dos processos de diálogo. De outro, as chamadas Jornadas de Junho trouxeram à cena novos atores políticos e evidenciaram uma crise de representatividade dos espaços de política institucional. Simultaneamente a esses dois

processos, o recurso que permitia à Ação Educativa assumir a tarefa de coordenação do GT deixou de existir e as organizações parceiras perderam capacidade de contribuição uma vez que parte de seus membros foi atuar na nova gestão. Nesse contexto, o processo de articulação em torno do GT Juventude foi sendo esvaziado, ao mesmo tempo em que novos coletivos foram ocupando as ruas. Também o Comitê Contra o Genocídio viveu um processo de enfraquecimento decorrente da dificuldade de realizar diálogos com o governo estadual e do início de implantação do Plano Juventude Viva no município, ainda com poucas ações concretas que permitissem uma avaliação a seu respeito.

A partir de então, a Ação Educativa tem buscado construir condições para viabilizar outras formas de atuação na agenda política da juventude na cidade. É assim que em 2015 tem início o projeto “Segura essa Ideia”, realizado com recursos do Ministério da Justiça, que propõe dar voz aos jovens no debate sobre as políticas de segurança. Em fase inicial, o projeto está atuando na região de São Mateus e Sapopemba - áreas prioritárias do programa Juventude Viva, situadas na parte leste da cidade - com a formação de um grupo de dez jovens. Além de debater questões de Segurança, Direitos Humanos, Gênero e Raça, eles irão realizar uma pesquisa junto a mais de 200 outros jovens, com base no método dos grupos de diálogo. A divulgação e o debate sobre os resultados da pesquisa serão momentos de mobilização em torno da questão. A articulação com os grupos e organizações locais se dá em todas as fases do projeto, com o objetivo de que o processo contribua para seu fortalecimento, bem como de uma rede de proteção nos territórios. E, tendo em vista a temática específica, tem-se mantido estreito diálogo com os articuladores do Plano Juventude Viva naquele território.

TRAJETÓRIAS JUVENIS

Uma das mais importantes dimensões da vida juvenil diz respeito à educação, seja pelo tempo dedicado à formação escolar, seja pelo significado que a experiência escolar, ou a falta dela, assume na trajetória de vida.

A temática “juventude e educação” tem se materializado no trabalho da Ação Educativa através de iniciativas que tentam chamar atenção para os descompassos existentes entre mundo juvenil e mundo escolar. Descompassos evidentes tanto em manifestações de desinteresse ou agressividade por parte dos alunos, como na insatisfação de educadores com relação ao trabalho que realizam. Buscando contribuir para processos de aproximação destes “mundos”, apostamos em processos de diálogo, experimentação e produção de conhecimentos que possam trazer pistas sobre a educação almejada por jovens e seus professores.

Nos últimos anos, os maiores acúmulos nessas temáticas encontram-se nos projetos JADE (Jovens Agentes pelo Direito à Educação) e Tô no Rumo.

JADE - JOVENS AGENTES PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Acreditando que a construção de uma escola de qualidade, inclusive de nível médio, só é possível mediante a mobilização de diferentes sujeitos, principalmente de professores e estudantes, a Ação Educativa realiza, desde 2007, o projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação (JADE). A proposta é promover discussões e fomentar atividades relacionadas ao direito à educação. Os participantes são jovens, entre 16 e 21 anos, residentes na Zona Leste de São Paulo, que cursam (ou terminaram de cursar) o ensino médio em escolas públicas e têm algum interesse em discussões sobre direitos e, em especial, sobre o direito à educação. Além de critérios socioeconômicos - exigência para obtenção de bolsa em parceria com a Prefeitura de São Paulo -, a seleção busca a diversidade de perfis, reunindo tanto

aqueles já engajados em movimentos ou coletivos como outros sem experiência política. O equilíbrio no número de moças e rapazes e a presença de negros e negras também são fatores para a formação dos grupos. Ao longo dos anos, o número de jovens em cada turma variou entre 10 e 20.

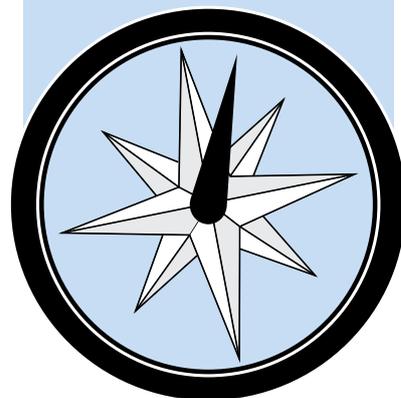
Em encontros que ocorrem duas vezes por semana, e com o suporte de textos acadêmicos, artigos jornalísticos, músicas, filmes e atividades externas, os jovens debatem as mudanças históricas no acesso a diferentes níveis de ensino, as diferentes concepções de qualidade da educação e as políticas para este campo.

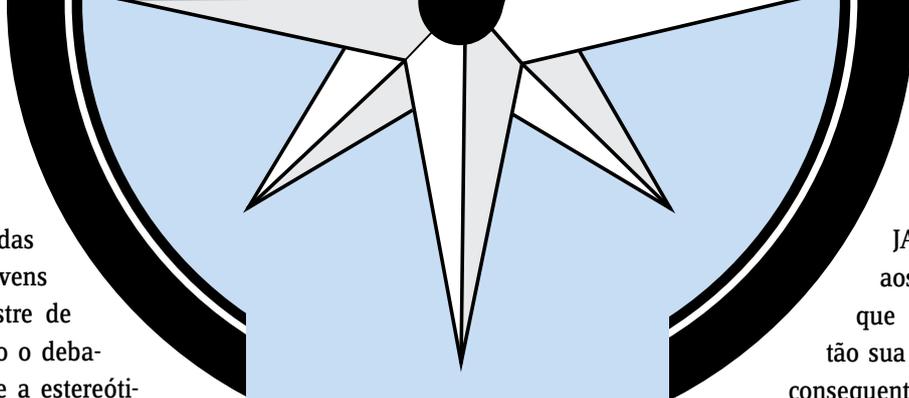
O processo de formação se estende por oito meses. Durante esse período, os participantes retomam suas próprias experiências escolares e produzem reflexões sobre educação a partir das suas trajetórias e também por meio da apropriação de conhecimentos relacionados ao campo dos direitos humanos e ao direito à educação, sobretudo no que concerne à sua abrangência nas normativas e a sua efetivação como parte de um processo historicamente construído e resultante de reivindicações populares.

Ao final, os jovens têm como desafio a elaboração e execução de uma ação prática que tem, por sua vez, a proposta de levar os acúmulos construídos ao longo da formação para um grupo mais amplo de pessoas - os participantes tornam-se, aqui, agentes pelo direito à educação. Em 2012, 2013 e 2014, a escolha foi pela produção de vídeos destacando, respectivamente: a) a desigualdade no acesso à cultura; b) o acesso ao ensino superior e relações dentro da escola; c) relações de gênero e raça no ambiente escolar. Este último teve como desdobramento uma série de

O JADE, que me trouxe uma formação que foi muito fantástica, foi essencial e eu diria que decisória em algumas coisas da vida. Se hoje eu continuo no movimento social, continuo na militância, se continuo fazendo uma formação política e acadêmica e traçando uma visão focada nos direitos humanos, no direito à educação e todo esse processo, foi muito por conta dessa formação que eu tive.

M., PARTICIPANTE DO JADE NOS ANOS DE 2010 E 2011





oficinas, conduzidas pelos próprios jovens no primeiro semestre de 2015, aprofundando o debate sobre o combate a estereótipos e discriminações contra negros, mulheres e população LGBT, como um aspecto da qualidade da educação. A relevância do tema foi ressaltada pelo fato de que, coincidentemente, no mesmo período a Câmara dos Vereadores, pressionada por setores religiosos conservadores, retirava todas as menções ao debate sobre gênero do Plano Municipal de Educação.

Cabe destacar que, ao propor o engajamento dos jovens em uma atividade de caráter prático, diferentemente de outras iniciativas, não é intuito do projeto converter os participantes em “protagonistas”, mas amplificar os conhecimentos dos jovens a respeito de seus direitos educativos e permitir-lhes a compreensão acerca de diferentes caminhos de luta em defesa do direito à educação.

Ao longo da formação, o questionamento da instituição escolar é uma das questões que vêm à tona. Em geral, é trazido por conflitos com regras das escolas, com os conteúdos e propostas educativas, com as desigualdades no acesso a esse direito. O desafio dos educadores, nesse contexto, foi o de mediar esses conflitos de modo a lidar com as demandas específicas sem deixar de ressaltar que as questões relacionadas à educação não seriam resolvidas no âmbito individual.

O direito à educação foi, com efeito, o foco do projeto desde sua criação. No entanto, um olhar para este direito faz emergir outros debates que também passam a fazer parte da pauta do projeto, mediante as demandas dos participantes. A participação no

Eu conheci um novo mundo, né? Porque eu estava fechada só no meu mundo, naquela coisa bem contos de fada, sabe? Aí quando eu entrei aqui, para participar do JADE, eu comecei a abrir a minha visão, tanto para o lado da formação de um curso superior, de correr atrás, porque, como eu posso te dizer? Assim, na minha família era: “você tem que trabalhar e o ensino superior você deixa para depois”. Aqui no JADE eu tive essa coragem de falar: “não, eu quero terminar o ensino médio e correr atrás dos meus sonhos, vou começar a fazer faculdade”. Aí eu comecei a procurar sobre possibilidades de não pagar uma faculdade, aí eu consegui um ProUni e fui abrindo minha visão para vários lados.

A., PARTICIPANTE DO JADE NOS ANOS DE 2010 E 2011

JADE proporciona aos jovens situações que colocam em questão sua visão de mundo e, conseqüentemente, as relações diversas que estabelecem e que extrapolam o universo escolar (com familiares, amigos, os demais JADEs, equipe do projeto etc.). O JADE foi encarado pelos jovens como um espaço onde poderiam ficar “à vontade”. Os participantes viam, na formação, um espaço de fomento à construção da sua autonomia - que é etapa importante no processo de transição para a vida adulta. O JADE se tornava um terreno seguro para elaborar questões subjetivas, como a sexualidade e planos para o futuro, que envolviam possibilidades de inserção no mundo do trabalho e de continuidade dos estudos.

JOVENS E ESCOLHA PROFISSIONAL NA ESCOLA PÚBLICA

A pesquisa “Que Ensino Médio Queremos?”, realizada pelos jovens do JADE e escolas públicas da Zona Leste em 2007, identificou algumas demandas juvenis, entre as quais uma formação sobre o mundo do trabalho, as diferentes profissões, informações sobre cursos técnicos e universitários e as diferentes carreiras. Enfim, informações e reflexões que permitissem estabelecer uma escolha e um percurso profissional. Ou seja, apontou a necessidade de diálogo entre o currículo do ensino médio e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo uma conexão distinta daquela mais comumente realizada pelas políticas públicas educacionais: a oferta de qualificação profissional como apêndice da formação básica.

Uma vez identificada como prioritária a demanda dos estudantes por aquilo que designamos como “orientação profissional”, a Ação Educativa incitou jovens e professores a construir uma proposta com vistas a atendê-la. Um grupo de estudos foi constituído em 2008 por JADEs e três professores das escolas participantes do processo de diagnóstico. Para contribuir com a reflexão do grupo, Silvio Bock, especialista no tema da orientação profissional, foi convidado a participar dos encontros, apresentando diferentes perspectivas sobre o tema e mediando as discussões desses estudantes e profissionais. Ao longo de quatro meses, esse grupo reuniu-se uma vez por semana na sede da Ação Educativa e, a partir desses encontros, elaborou uma proposta que foi apelidada como “Tô No Rumo: Jovens e Escolha Profissional”.

O Tô No Rumo consiste na proposição de um conjunto de oficinas que buscam, grosso modo, satisfazer os seguintes objetivos junto aos estudantes: a) disponibilizar informações sobre os caminhos de continuidade dos estudos quando findado o ensino médio e também de inserção profissional; b) permitir uma reflexão sobre a realidade educacional, especialmente no que diz

respeito ao acesso ao ensino técnico e superior, bem como sobre o mundo do trabalho; c) problematizar diferentes dimensões (culturais, sociais, econômicas) que afetam os processos de escolha e de inserção educativa e profissional. Em outras palavras, trata-se de um programa de encontros, que busca animar os estudantes de ensino médio na reflexão sobre suas expectativas de estudos e trabalho, à luz de informações sobre a realidade brasileira nesses domínios.

A metodologia considera a demanda, diagnosticada a partir da pesquisa, de realização de atividades dinâmicas na sala de aula. Mais do que um conjunto de aulas, as atividades propostas prezam por situações em que os jovens realizam - em sala de aula ou fora dela - dinâmicas, pesquisas, debates etc., sendo o professor responsável pela animação, moderação e supervisão das atividades. Além disso, a proposta distancia-se de certa perspectiva de orientação profissional baseada em diagnósticos ou prognósticos. Ao contrário, foi intuito do grupo construir uma proposta capaz de favorecer o autoconhecimento por parte dos estudantes e, ao mesmo tempo, a compreensão dos diferentes fatores que interferem e podem vir a interferir em suas trajetórias de futuro.

Formação de professores sobre juventude e escolha profissional na Universidade Federal do ABC (UFABC)

FOTO: GABRIEL DI PIERRO

Em 2010, quando vocês iniciaram o projeto aqui, vocês fizeram através dos jovens. Foi legal, não mexeu muito com a estrutura da escola, com relação ao horário de professor, tudo isso. Só que esse ano, mobilizou todo mundo, porque você entrava na aula do outro professor. (...) Então, acho que foi legal porque todo mundo se envolveu, de todas as disciplinas, não teve só um grupo de professores de determinada área, todas as áreas do conhecimento se envolveram.

L., COORDENADORA PEDAGÓGICA, ESCOLA ITAQUERA
DEPOIMENTO COLETADO PARA A CONFECÇÃO DO GUIA TÔ NO RUMO - 2011



TÔ NO RUMO

“Trata-se de um programa de encontros que busca animar os estudantes de ensino médio na reflexão sobre suas expectativas de estudos e trabalho, à luz de informações sobre a realidade brasileira nesses domínios”



Em um primeiro momento, os jovens participantes do Jade foram os facilitadores da aplicação do Tô no Rumo nas escolas. Ao longo da realização das atividades, porém, professores que se interessavam em constituir parcerias com o projeto foram assumindo a responsabilidade de aplicação da metodologia nas escolas, com apoio técnico e material da equipe da Ação Educativa. Deste modo, o Tô no Rumo tornou-se um desdobramento independente da formação dos JADEs. As considerações de parceiros do Tô no Rumo ajudam a dimensionar a participação de professores na realização das oficinas nas escolas.

Retirar a coordenação das atividades do Tô no Rumo dos JADEs e atribuí-la aos professores fez com que as informações sobre as práticas do projeto fossem mais disseminadas entre o corpo docente da escola. Nesse mesmo sentido, as falas indicam que a realização de atividades consideradas inovadoras nas escolas deve passar pela incorporação e mobilização dos professores.

Ainda que as oficinas tenham sido realizadas predominantemente no período diurno (54% dos jovens estavam vinculados a turmas nesse turno), elas também foram realizadas com jovens matriculados no ensino noturno (46%). Esse dado contribui para desmistificar a ideia, corrente nos dias atuais, de que é impossível ou pouco viável a realização de projetos diferenciados no último turno da educação básica. É evidente que, em boa medida, a viabilidade das oficinas dependeu do engajamento dos professores parceiros e de uma disponibilidade da equipe de Ação Educativa em programar-se para trabalhar nesse horário.

Nas avaliações feitas por 2052 jovens, participantes das oficinas Tô no Rumo entre os anos 2010 e 2014, as percepções predominantes foram de que as oficinas ajudaram “a refletir mais sobre a importância da escolha profissional” (81,2% dos participantes), “a ter acesso a informações que antes não tinham sobre cursos universitários e faculdades” (68,1%), e de que elas contribuíram para “construir planos para o futuro, seja para o trabalho, seja para a faculdade” (62%).

O fato de o Tô No Rumo ter sido construído, desde o início, conjuntamente com os professores parece ter viabilizado a emergência de uma proposta que considera as condições reais de funcionamento e organização das escolas, permitindo inclusive diferentes formatos de implementação das oficinas, de acordo com as condições de cada escola e da adesão dos professores à proposta.

Pelos desdobramentos do projeto, é possível afirmar que a mobilização dos jovens e também de professores em torno do direito à educação consistiu numa aposta fecunda de inovação educacional

e construção de um ensino médio capaz de atender às necessidades educativas de seus estudantes jovens. A avaliação de moças e rapazes participantes do Tô No Rumo indica a pertinência das oficinas, por meio das quais puderam refletir sobre a escolha profissional e acessar informações que não possuíam anteriormente sobre o mundo do trabalho e os caminhos de acesso ao ensino superior. Já os professores relataram a possibilidade de, por meio das atividades, estabelecerem novas relações entre eles e seus estudantes.

A experiência do Tô no Rumo confirma que atividades que instigam os estudantes a construir conhecimentos e debater temas ligados a sua realidade têm grande potencial para engajar tanto os jovens como os professores. O site Tô no Rumo e o “Guia Tô no Rumo - Jovens e Escolha Profissional: Subsídios para Educadores”, aliada à formação de educadores (oferecida em parceria com a Universidade Federal do ABC - UFABC - como extensão universitária), buscam disseminar essa rica experiência.



Oficina Tô no Rumo (orientação profissional) em escola pública de São Paulo

FOTO: GABRIEL DI PIERRO

PERSPECTIVAS

O cenário na área da Juventude apresenta diversos desafios. A crise econômica e política tem afetado duramente as políticas sociais e levado a retrocessos nas institucionalidades das políticas de juventude, como demonstra a ausência de espaço para a Secretaria Nacional de Juventude após a reforma ministerial de outubro de 2015. A Ação Educativa tem intensificado sua articulação com outras entidades da sociedade civil para pressionar pela manutenção das conquistas dos últimos dez anos.

No estado de São Paulo, o governo iniciou um processo de reordenamento da rede pública de educação, com o fechamento de escolas. A precariedade das escolas e das condições de trabalho docente é um grande entrave para iniciativas como o Tô no Rumo, já que para as oficinas acontecerem, a Ação Educativa tem precisado se encarregar da aquisição e organização dos materiais necessários. A perspectiva é buscar estabelecer parcerias com órgãos gestores das redes de educação básica e/ou profissionalizante de diferentes partes do país que possam assumir tal responsabilidade e permitir uma verdadeira disseminação da proposta.

Ao mesmo tempo, os sentidos do ensino médio estão cada vez mais em debate, seja nas propostas de legislação sobre quadro curricular, carga horária, ensino profissionalizante etc., seja em experiências de gestão privatizadas ou militarizadas. Nesse contexto, a atuação com mobilização de jovens, intervenção no espaço escolar e incidência política se soma para constituir um campo

“Como forma de aprofundar conhecimentos acerca do desafio de ampliar a permanência de jovens nas escolas, a Ação Educativa deu início a um estudo sobre programas estaduais de elevação da escolaridade juvenil por meio de transferência de renda”

de disputa que visa uma escola democrática e que responda aos anseios dos jovens. Nesse sentido, em 2015, a Ação Educativa amplia sua atuação nesse campo por meio de duas outras estratégias. Como forma de aprofundar conhecimentos acerca do desafio de ampliar a permanência de jovens nas escolas, deu início a um estudo sobre programas estaduais de elevação da escolaridade juvenil por meio de transferência de renda. E, por meio de uma parceria com o UNICEF, e em aliança com o Ministério da Educação e a Secretaria Nacional de Juventude, está coordenando um projeto de construção coletiva de indicadores de qualidade da educação no ensino médio, a serem utilizados pelas escolas de ensino médio em processos de autoavaliação participativa.

As denúncias da violência contra a juventude negra e das periferias têm, pouco a pouco e de forma ainda incipiente, conquistado algum espaço na agenda política (a campanha da Anistia Internacional e a CPI da Violência contra Jovens Negros sendo exemplos disso). A Ação Educativa acredita que o projeto “Segura essa Ideia” viabilizará novas formas de incidência política nesse tema, mas também relacionada a outros direitos da juventude. De um lado, a contribuição na amplificação da voz dos jovens e na constituição de novas demandas e propostas por parte da juventude. De outro, a contribuição a processos de articulação de base territorial, podendo envolver tanto grupos e organizações locais, como jovens não organizados.

Contribuir para adensar a pauta das demandas juvenis, para o fortalecimento de suas organizações e para o aprimoramento das políticas e dos espaços de participação para que os direitos dos e das jovens sejam realmente efetivados segue sendo a perspectiva da Ação Educativa.

NOTAS

1. Trata-se da Lei 13.540, que instituiu o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), política de enorme sucesso na cidade. Com o novo texto foi criado a modalidade VAI II, que possibilitou o aumento do aporte aos grupos, bem como a ampliação das propostas apoiadas anualmente.

Juventudes:

A ARTE, A LITERATURA, A CULTURA E A COMUNICAÇÃO
COMO INSTRUMENTOS DE EDUCAÇÃO, DENÚNCIA
E REIVINDICAÇÃO POLÍTICA POR **DIACONIA**



PROTAGONISMO, AUTONOMIA E TRANSFORMAÇÃO

FOTO: ACERVO DIACONIA



Espectáculo "Céu Estrelado",
grupo teatral Pedra Polida

Na diversidade, a capacidade de dialogar e valorizar as diferenças. Na ousadia, a coragem para questionar e enfrentar as estruturas opressoras. Na euforia, a facilidade para contagiar e liderar as massas na luta por dias melhores. Na criatividade, a habilidade de se reinventar para interagir com o novo. Protagonistas de suas histórias e de grandes transformações. É assim que a Diaconia reconhece as juventudes.

Em 2015, Diaconia celebrou 48 anos de existência e uma década de trabalho com as juventudes, sempre concebendo os jovens como sujeitos sociais e políticos ativos com capacidade de transformar suas realidades. Compreendendo os jovens na perspectiva integral, a Diaconia assumiu a juventude como uma temática relacionada às linhas estratégicas dos DHESCAS (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), priorizando o fortalecimento da organização juvenil e a incidência em políticas públicas, em seus territórios de atuação. Nos últimos cinco anos, essa atuação se deu a partir do projeto **Juventudes, Movimento e Atitude**, executado pela Diaconia em parceria com Operação dia de Trabalho e a AIN (Ajuda da Igreja Norueguesa).

O Projeto foi desenvolvido junto às juventudes das áreas urbanas de Recife (PE) e Fortaleza (CE). Jovens, homens e mulheres, entre 15 e 29 anos, negros, pardos, pobres, oriundos dos morros, áreas ribeirinhas e das periferias que utilizam a arte, a literatura, a cultura e a comunicação como instrumentos de educação, denúncia e reivindicação política. Essa é a identidade desses jovens, que nos últimos tempos vêm travando uma luta diária em defesa dos seus direitos, sobretudo o direito de viver. Viver a sua sexualidade, a sua religiosidade, a sua negritude, a sua fé, a sua tribo, a sua profissão, a sua identidade cultural, a sua comunidade, o seu território. O direito de viver a vida em sua plenitude.

Fomentar e potencializar experiências individuais e coletivas nos espaços familiares, comunitários, socioculturais e de políticas públicas foi o caminho trilhado pela Diaconia na execução do projeto, na perspectiva de fortalecer as juventudes na luta pelos seus direitos, atuando como atores políticos centrais nos processos de transformação de suas realidades.

ORGANIZAÇÃO JUVENIL PARA TRANSFORMAR REALIDADES

A atuação para o fortalecimento da organização juvenil nos últimos cinco anos se expressa diretamente nos coletivos **Quebra Kabeça** e **Centro de Comunicação e Juventudes**, em Recife, **Pedra Polida**, em Olinda, **Coletivo de Culturas Juvenis e Núcleo das Juventudes da Reajan**, em Fortaleza.

Instigados pelos processos de formação vivenciados no Projeto, os e as jovens destes coletivos aguçaram a percepção sobre a violação de direitos e foram movidos pelo ideal de transformar suas realidades. Não hesitaram em experimentar processos, questionar estruturas e ousar nas proposições. Passaram a aprimorar a forma de se organizar, cada um do seu lugar, do seu jeito, valorizando e oportunizando as habilidades específicas de cada jovem, aglutinando diversos saberes e reconhecendo no outro e no exercício da coletividade o potencial latente para transformação.

O fruto desse processo é a consolidação desses coletivos como referência na intervenção comunitária, na formação de jovens comunicadores, na produção artística cultural e na incidência política. Fortalecidos pelo Projeto, o Quebra Kabeça, o Pedra Polida, o Núcleo da Reajan e os CCJs mudaram a cena em suas comunidades, desenvolvendo iniciativas que garantiram espaços que assegurassem a sua vivência juvenil. Na prática, as ações realizadas pelos coletivos possibilitaram às diferentes juventudes o exercício do direito à participação social, política e representação juvenil, à profissionalização, ao trabalho e à renda, à cultura, à comunicação, à liberdade de expressão, à sustentabilidade e ao meio ambiente.

“O fruto desse processo é a consolidação desses coletivos como referência na intervenção comunitária, na formação de jovens comunicadores, na produção artística cultural e na incidência política”



FOTO: ACERVO CCJ RECIFE



Saída fotográfica com os jovens da oficina de fotografia

FOTO: CARLOS SILVA

Acima, apresentação de hip hop. À direita, jovens do grupo Quebra Kabeça no evento “Sexta na Praça”



OS COLETIVOS E SUAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO

QUEBRA KABEÇA

Formado por 10 jovens da comunidade do Morro da Conceição (Recife), o Quebra Kabeça tem como foco de atuação a intervenção comunitária. Uma de suas principais ações é o evento cultural Sexta na Praça, uma metodologia de intervenção comunitária desenvolvida e aprimorada pelos próprios jovens, onde a praça é o palco, onde se fomenta o diálogo com diferentes atores sociais e o exercício da ocupação e utilização do espaço público pelos jovens.

Através da arte e da cultura, os jovens incitam a comunidade a refletir sobre seus problemas e como superá-los. A cada evento, eles mobilizam mais de 200 moradores. Acessibilidade e mobilidade urbana, homofobia, diversidade sexual, extermínio da juventude negra, violência contra mulher e participação política das juventudes foram alguns dos temas disseminados e debatidos por eles nos últimos anos.

O grupo teve essa experiência sistematizada na 1ª edição da Revista Expressão Jovem - Dezembro de 2014, tendo como título **A praça é o palco: uma experiência de mobilização comunitária e resistência política e cultural de jovens do Recife**. Isso evidencia a relevância do Sexta na Praça para os jovens, suas famílias e a comunidade.

FOTO: RAFAEL FREITAS



Sexta na Praça valoriza e reinventa o espaço comunitário. Feito com o público que está na comunidade, significando praça do povo, praça da família, onde se discute a comunidade, onde se favorece a participação juvenil.

ALEXSANDRA MARINHO,
INTEGRANTE DO GRUPO
JUVENIL QUEBRA KABEÇA

CENTRO DE COMUNICAÇÃO E JUVENTUDES - CCJ RECIFE

Espaço de formação política e iniciação profissional na área de comunicação, o Centro de Comunicação e Juventudes (CCJ Recife) é organizado por jovens e para jovens, que articula e mobiliza diferentes juventudes da Região Metropolitana do Recife. Suas principais ações são os cursos de fotografia, design, vídeo e as iniciativas de empreendedorismo/associativismo juvenil, como a **Loja Peixe Folha**, página virtual para comercialização dos artigos de design que refletem a sustentabilidade ambiental, e o **Studio@rua**, produtora que desenvolve e comercializa peças de comunicação.

A comunidade é o grande laboratório da prática formativa do Centro, onde jovens utilizam as linguagens de audiovisual para reconhecer e visibilizar as potencialidades da comunidade, bem como denunciar violação de direitos e reivindicar melhorias na qualidade de vida para a região. A cada ano, 60 jovens passam pela formação em quatro turmas. Ao final do curso, eles se engajam no CCJ para replicar seus conhecimentos com outros jovens e para atuação nas iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda.

Através de exposições audiovisuais, o CCJ vem provocando nos últimos anos a discussão sobre os temas: O que impede o meu direito à cidade?; Estratégias de ocupação e utilização do espaço público pelos jovens; A cidade que temos e a cidade que queremos; e Política de segurança pública que prioriza a repressão aos jovens nas grandes metrópoles.

PEDRA POLIDA

Coletivo teatral composto atualmente por 18 jovens da comunidade de Peixinhos (Olinda), os integrantes do Pedra Polida fazem da prática das artes cênicas uma construção coletiva e de iniciação profissional. Os espetáculos elaborados pelo grupo refletem as condições de vida das juventudes nas grandes metrópoles e foram produzidos a partir da vivência dos próprios jovens nas suas comunidades.



Espectáculo "Céu Estrado",
do grupo teatral Pedra Polida

FOTO: CARLOS SILVA

Destacam-se nesses processos as montagens: **Jogue Limpo com a Cidade**, uma reflexão sobre resíduos sólidos no contexto da Copa do Mundo de 2014; **Céu Estrelado**, uma abordagem sobre os impactos das mudanças climáticas nas comunidades pobres das grandes metrópoles; e **Porque não posso ser o que eu quero ser, por quê?**, uma abordagem sobre gênero no universo juvenil e nas comunidades dos jovens.

COLETIVO DE CULTURAS JUVENIS

Espaço que mobiliza as juventudes da periferia de Fortaleza, o Coletivo de Culturas Juvenis (CCJ Fortaleza) favorece a construção coletiva e disponibiliza conhecimentos sobre linguagens artísticas e de comunicação. Conhecimentos que lhes permitem trilhar um caminho de autoconhecimento, de identificação e valorização das referências em suas vidas, de fortalecimento das relações com seu lugar, sua casa, sua comunidade e

que valoriza e mostra para a cidade as expressões, os saberes, as formas e os modos de ser jovem. Dentre as diversas atividades do Coletivo destacam-se as oficinas nas linguagens de artes cênicas, música e audiovisual.

O Coletivo também tem contribuído com oportunidades de geração de renda dos e das jovens. Nessa perspectiva destacam-se o estúdio e a produtora, que fomentam e produzem várias iniciativas culturais dos jovens, com destaque para os **Tambores que tocam o silêncio**, **Picicordélico** - Festival de Artes que ocorre nas ruas do Planalto Pici e visa o intercâmbio, a difusão e o acesso à produção cultural na periferia, como espaço de criação e manifestação local -, **Corteje a Rua**, **Espectáculo Noite Clara**, entre outras.

Para o seu trabalho com juventudes, o Coletivo construiu um caminho teórico-metodológico próprio, que orienta a intervenção formativa, ar-

Eu posso afirmar que o meu "sucesso" hoje é graças à atuação e ao trabalho realizado por Diaconia, pois foi junto a ela que eu conheci o mundo e reconheci a minha morada, a minha comunidade e a mim mesmo. Isso é um dos maiores legados que o trabalho realizado por Diaconia tem me dado. Pois ao ponto que me reconheço pertencente a um determinado local e classe social é possível transgredir e mudar. A partir do momento que eu me reconheço, transformo, porque só se modifica o que se conhece, o que se sabe.

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA
SOARES, JOVEM DO COLETIVO
DE CULTURAS JUVENIS DE
FORTALEZA



Exposição com os resultados da Oficina de Fotografia

FOTO: MAIRA GAMARRA

“A Diaconia fomentou e apoiou diferentes iniciativas de denúncia, cobrança e articulação das juventudes a partir das manifestações de rua”

tístico-cultural, comunicativa, de mobilização e incidência política. Esse caminho se materializa nas seguintes abordagens:

- **Caravana de Comunicação e Juventudes**, pautada nas vivências da mobilização, comunicação popular e inserção sociocultural nas comunidades, a partir do método “ver, problematizar/analisar, intervir, festejar”, de inspiração nas Comunidades Eclesiais de Base;
- **Museu das Juventudes**, organizado a partir do mapeamento das experiências e referências de vida, da reflexão e autorreflexão sobre as histórias de vida e projeção de futuro dos jovens e das jovens. Esta metodologia foi sistematizada na 2ª edição da Revista Expressão Jovem.

NÚCLEO DE JUVENTUDES DA REAJAN

Espaço de organização, formação e luta das juventudes integrantes da Rede de Articulação do Jangurusu e Ancuri (Reajan), o Núcleo de juventude tem contribuído com os processos de capacitação das juventudes sobre temáticas de relevância para o entendimento e enfrentamento das questões que as afetam, que atingem as comunidades, em nível micro e macrossocial, desenvolvendo sua autonomia e capacidade crítica.

O Núcleo trabalha a partir da educação e cultura, formação sociopolítica, controle social das políticas públicas para as juventudes e comunicação e enfrentamento às violências e à letalidade juvenil.

AUTONOMIA, ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A partir de formações específicas sobre juventudes e políticas públicas, a Diaconia sensibilizou, capacitou e encorajou a participação das juventudes nos espaços institucionalizados de discussão e controle de políticas públicas, ao mesmo tempo em que estimulava a interação com outros jovens e coletivos juvenis nas manifestações públicas.

Durante a execução do projeto, a Diaconia possibilitou aos jovens as condições técnicas, políticas e financeiras para que estes exercessem concretamente o seu direito à participação política e à representação juvenil. Como resultado desse processo, destaca-se a participação efetiva dos jovens no Fórum das Juventudes de Pernambuco (Fojupe), no Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de Pernambuco, nos fóruns temáticos e regionais do Orçamento Participativo em Recife e Fortaleza, nos Conselhos e nas Conferências de Juventudes, no Fórum Permanente de ONGs em Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente do Ceará (Fórum DCA), na Frente Cearense contra a Redução da Maioridade Penal, no Escambo, na Rede de Educação Cidadã, no Fórum de Juventudes do Grande Bom Jardim e em caravanas da periferia.

Ao mesmo tempo, a Diaconia fomentou e apoiou diferentes iniciativas de denúncia, cobrança e articulação das juventudes a partir das manifestações de rua. Essas práticas ganharam força no seio das juventudes nos últimos anos, remontando uma estratégia política histórica, onde as manifestações nas ruas contribuíram efetivamente para democratização do Brasil e para as grandes conquistas no que se refere a direitos constitucionais.

O exercício da participação política fez com que as juventudes se empoderassem e se reconhecessem como atores sociais ativos com autonomia e com condições de ocupar posições centrais nos processos políticos e sociais. Ao mesmo tempo, possibilitou mudar a lógica da discussão fragmentada para assumir posturas de reivindicação, a partir da elaboração de pautas que prezam pela diversidade.

Esta prática tem resultado na elaboração coletiva de plataformas de juventudes, com propostas de políticas públicas, no envolvimento na organização de conferências, na elaboração, defesa e aprovação de propostas nas conferências de juventude e no estímulo à elaboração de Planos Municipais de Juventude. O Fórum de Juventudes de Pernambuco (Fojupe) e a Rede de Articulação Jangurussu e Ancuri (Reajan) são retratos de espaços de articulação dos diferentes para o exercício da construção coletiva de agendas ou pautas de reivindicações comuns.

PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A prática da educação popular e o exercício da gestão participativa foram os principais pilares de sustentação do projeto e contribuíram efetivamente para o sucesso da experiência. O princípio metodológico que permeou toda a execução do Projeto teve como base a valorização do conhecimento das juventudes, as comunidades como espaço de aprendizagem e a prática da autonomia a partir das relações horizontais nos processos decisórios de condução dos coletivos.

Esse jeito de fazer, expresso a partir das diferentes atividades sociopolíticas e de gestão, possibilitou às juventu-

des o entendimento do universo juvenil e como as diferentes conjunturas internas e externas interferem nesse contexto. Como estratégia metodológica, a Diaconia optou por investir e desenvolver linguagens de cultura e comunicação, reconhecendo nelas instrumentos facilitadores de mobilização e articulação juvenil. Assim, o teatro, a fotografia, o design, o grafite, o vídeo, a arte circense, a literatura e a música se consolidaram como marcas metodológicas da intervenção institucional, ao mesmo tempo em que se afirmaram como capacidades técnicas que foram assimiladas e aprimoradas pelos coletivos de jovens.

Desta forma, esse potencial técnico também possibilitou a entrada dos jovens na cadeia produtiva com uma compreensão diferenciada em termos de justiça no mundo do trabalho e possibilidades solidárias de crescimento, a partir de diferentes empreendimentos e, sobretudo, exercendo uma prática profissional que equilibre sustentabilidade financeira e transformação de realidades.

As atividades socioeducativas exerceram a função de laboratório, onde os jovens puderam experimentar a facilitação de processos educativos, na perspectiva de se tornarem e se fortalecerem como educadores sociais. Tal vivência proporcionou aos jovens serem protagonistas de processos de educação de pares, despertando-os e estimulando-os a se aperfeiçoarem no processo de ensino-aprendizagem, buscando novos conhecimentos, inclusive, no mundo acadêmico.

Além de impactar de forma educativa as pessoas que acessam essas atividades, elas foram importantes

oportunidades de construir relações, de reconhecer e fortalecer novos coletivos juvenis e suas ações de articulação e mobilização comunitária, ampliando estratégias de intervenção política e cultural e valorizando as diversas expressões das juventudes.

A Diaconia concebe essas práticas como fundamentais no fortalecimento e aprimoramento dos conteúdos e concepções políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais dos jovens, permitindo aos mesmos realizar de forma mais qualificada intervenções em diferentes níveis em suas comunidades de origem.

Os processos metodológicos vivenciados pelos jovens, grupos e coletivos durante o Projeto, bem como os diversos aspectos da conjuntura, contribuíram para reconfiguração das ações e dos grupos, fazendo com que ganhassem novos formatos organizacionais, a exemplo dos CCJs que aderiram a estruturas associativistas de trabalho.

Com a articulação do Fojupe, que vem ajudando as políticas de juventudes chegam aos municípios com as plataformas, estamos conseguindo divulgar e levar conhecimento sobre o estatuto que conseguimos aprovar.

PRODUÇÃO COLETIVA DOS JOVENS DURANTE ASSEMBLEIA DO FOJUPE, 2013

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O atual contexto das juventudes é marcado por avanços e retrocessos. Se por um lado houve avanços na consolidação de uma política de juventude, tendo o Estatuto das Juventudes como grande referencial, por outro percebem-se retrocessos quando parte da sociedade continua reforçando a compreensão de que o e a jovem é um problema e defende o extermínio e o encarceramento como a melhor solução. Tal cenário aponta para um futuro de algumas certezas, alimentadas pela existência do Estatuto das Juventudes, e de impasses, a exemplo da redução da maioridade penal e da efetivação do Sistema Nacional de Juventudes. Cenários estes onde a atuação dos coletivos juvenis será fundamental para manter e conquistar novos direitos.

Considerando esse contexto, a discussão sobre sustentabilidade política e financeira permeou as reflexões em todos os coletivos e nos CCJs, nos últimos dois anos. Um dos principais desafios é superar a escassez de recursos para o desenvolvimento de ações com juventudes em organização de base comunitária e da necessidade de se reorganizar enquanto coletivos para desenvolverem suas atividades em frente a esse novo momento.

Diante da constatação desse cenário, as questões de sustentabilidade tiveram foco prioritário e, coletivamente, algumas saídas foram apontadas e novas estratégias vêm sendo praticadas, tais como:

- Estabelecimento de parcerias especializadas em processos de iniciativas de autogestão;
- Mapeamento de editais de apoio ao protagonismo de coletivos e grupos juvenis;
- Favorecimento à articulação nacional e internacional dos coletivos juvenis na perspectiva da sustentabilidade política;
- Institucionalização dos CCJs, como associação de profissionais na área de comunicação e cultura;
- Consolidação da sistemática de trabalho das duas produtoras e da loja virtual Peixe Folha, geridas pelos CCJs, na perspectiva de manter nos Centros de Juventude as atividades educativas, de produção, de incidência política e de mobilização de recursos.

Envolveram-se diretamente nas ações do Projeto aproximadamente 600 jovens de nove comunidades nas áreas urbanas de Recife e Fortaleza. Como principais atividades do projeto, destacam-se: **cursos** sistemáticos de fotografia, design e vídeo; **oficinas** de arte-educação, comunicação, inclusão digital, microempreendedorismo, fundos rotativos, gestão e produção em comunicação, narrativas digitais, gestão e produção cultural; **formação sociopolítica** em justiça ambiental, mudanças climáticas, direito à cidade, acessibilidade para pessoa com deficiência, comunicação como direito humano, desenvolvimento comunitário, direitos das juventudes, igualdade e equidade de gênero, igualdade racial, diversidade sexual e religiosa; **formação para o mundo do trabalho** em empreendedorismo social, modelos de gestão de empreendimentos e salões de novos talentos juvenis.

No campo institucional, a Diaconia avalia que a parceria com OD na última década proporcionou as condições para que ela desenvolvesse a sua atuação com juventude. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, transformou-se na oportunidade de reflexão e definições sobre o futuro que a organização terá que assumir na relação com os jovens. Isso deverá acontecer não só pelas adequações financeiras, considerando o contexto de diminuição de recursos destinados a esse tipo de programa, especialmente por parte da cooperação internacional, mas especialmente por conta do contexto político e da realidade de vida das diferentes juventudes brasileiras.

Assim como as juventudes, a Diaconia está sendo desafiada a se reinventar para interagir com o novo. A criação de um Fundo de Apoio a Pequenos Projetos de coletivos na perspectiva do fortalecimento da organização juvenil apresenta-se como uma primeira alternativa nos debates e reflexões internas. Mas é possível afirmar que a temática de juventude continuará sendo foco de atuação da Diaconia nos próximos anos. É preciso continuar fortalecendo as juventudes para que estas transformem suas vidas e suas vidas mudem a história.



JUSTIÇA AMBIENTAL E *juventudes:* que papo é esse?

O CAMINHO TRILHADO
DEMONSTROU QUE NOS
PROCESSOS DE FORMAÇÃO
DE JOVENS A INQUIETUDE
É FUNDAMENTAL PARA
O DESENVOLVIMENTO
POLÍTICO POR FASE

Este projeto nos surpreendeu positivamente! Por muitos motivos, mas o mais importante deles foi pelo seu caminhar. Durante cinco anos, o projeto “Juventude, direito à cidade e justiça ambiental” nos colocou em três lugares diferentes, nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste. Isso ocorreu com uma equipe da FASE atuando em cada uma das mais importantes Regiões Metropolitanas do país, a partir do Recife (PE), do Rio de Janeiro (RJ) e de Belém (PA).

Apesar de serem equipes da mesma entidade, traziam consigo perfis e histórias distintas de trabalho com juventudes, atuando com grupos de jovens bem diferentes em termos de forma de organização, de perfil político, de funcionamento, de engajamento, dentre outros, mas com uma questão em comum: jovens que se organizaram para lutar por seus direitos.

De partida, já podíamos dizer que eram jovens violados em seus direitos básicos. Por isso foi fundamental traçar seu perfil socioeconômico e concluir de suas trajetórias que, sim, são pessoas sobreviventes em meio à violência cotidiana que mais e mais se configura como genocídio da população jovem e negra no Brasil. Esse era o contexto que permanece como desafio.

Os muitos jovens que participaram neste processo de debates e formação ao longo dos cinco anos do projeto passaram a ser sujeitos de suas próprias vidas, um resultado que não se pode medir senão com esperanças de que seus destinos e do seu país lhes pertençam.

Assim, o que de mais interessante tem restado destes anos de trabalho conjunto é a possibilidade de uma efetiva constituição de suas identidades como sujeitos políticos portadores de direitos. Essa oportunidade foi agarrada pelos jovens meninos e meninas e, só a partir daí, foi possível constituir um espaço de debates e um espaço comum de diálogo (sempre tenso e conflitivo por definição) em torno de temas que o projeto aportava, mas que, sobretudo, nós nos propusemos a discutir.

Nestes diálogos formaram-se jovens que passaram a alargar suas visões de mundo e da luta política. Mas também se formaram educadoras e educadores da FASE que se envolveram neste processo. É esse encontro de aprendizagens mútuas e desse caminho percorrido que pretendemos apontar elementos importantes para a nossa reflexão ao longo deste tempo e, especialmente, diante do que se tornou a já difícil e complexa conjuntura brasileira para seus jovens.

Uma premissa essencial do trabalho desenvolvido foi afirmar o direito como princípio e como realização. A ideia recorrente do “direito a ter direito” já alcançava os grupos de jovens e alicerçava várias de suas iniciativas antes do projeto. Mas, como parecia inevitável, devido à crescente importância que a agenda das

idades assume no ideário urbano, assumimos o desafio de eleger como centro da inflexão do projeto o “direito à cidade sob o enfoque da justiça ambiental”.

DIREITO À CIDADE

O direito à cidade, conforme compreensão geral resultante da carta mundial do Fórum Social das Américas (Quito, julho de 2004) e Fórum Mundial Urbano (Barcelona, setembro de 2004), reconhece que “todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia e orientação política e religiosa, preservando a memória e a identidade cultural em conformidade com os princípios e normas que se estabelecem nesta carta”.

Essa noção geral do “direito à cidade” é importante para designar a cidade como “um espaço coletivo culturalmente rico e diversificado que pertence

de jovens que já viviam em situações diferentes de violações de direitos e, dentre elas, as situações de injustiças ambientais no espaço urbano? Sim, as violações de direitos contra a juventude, no campo do direito à cidade, não só já estavam, como se revelaram parte da experiência concreta de cada indivíduo juvenil, assim como do território de cada ação coletiva daqueles jovens, com o desafio da publicização de conflitos que tais jovens e seus coletivos igualmente já operavam, muito embora as questões relativas ao meio ambiente pareciam por demais fugidias de seus afazeres cotidianos ou mesmo de suas demandas públicas.

Ainda em 2011 a pauta ambiental brasileira - apesar da proximidade temporal e da tarefa que a FASE assumiu de coorganização da Rio+20 e da Cúpula dos Povos - era um assunto

“Como fazer as pontes entre debates tão presentes e tão invisíveis no dia a dia de jovens que já viviam em situações de violações de direitos?”

a todos os seus habitantes”, mas, principalmente, por expressar uma noção coletiva do direito. Essa ideia já estava conceitualmente incorporada ao imaginário dos jovens com os quais o projeto trabalhou, mas ainda assim exigiu de nós a construção de mediações a partir da própria experiência dos jovens e de suas comunidades à margem do ideário hegemônico do “desenvolvimento urbano” que é constitutivo do conceito do direito à cidade.

Este foi o principal desafio que tivemos e que nos perguntamos sempre: como fazer as pontes entre debates tão presentes e tão invisíveis no dia a dia

público, entretanto, ainda circunscrito aos meios em que circulavam especialistas ambientalistas, ecologistas e ou socioambientalistas herdeiros de conteúdos e práticas políticas que se referiam a experiências ou de governos progressistas e/ou de ONGs tecnicamente bem formadas, para estabelecer o contraponto com as expectativas governamentais e empresariais, mas de alcance societário ainda reduzido.

Diante da oportunidade da Rio+20 e, especialmente, da Cúpula dos Povos, havia uma memória e uma expectativa de radicalizar a agenda ambiental brasileira e, por isso, as organizações da

“A forma como cada jovem vivia e sentia a cidade e sua relação com o meio ambiente era distinta por conta da desigualdade social, econômica, política, ambiental e cultural”

sociedade civil se mobilizaram para tal. A juventude dava seus primeiros passos. E, de outro lado, havia dificuldades de “territorialização” das pautas socioecológicas daqueles tempos sobre segmentos como o das juventudes.

É sabido que historicamente os campos rural, urbano e ambiental foram se constituindo como campo em oposição, seja pelos excessivos recortes, leituras e macroanálises partidas desde cada fração rural, urbana e ambiental, seja pela própria história de lutas e organizações do campo popular que carregavam essa herança de setorialização da luta, com cada uma cuidando da sua parte. As articulações entre esses campos eram (e, de certo modo, ainda permanecem) por demais circunstanciais, recordadas em camadas de conhecimentos específicos, muito embora se possa constatar avanços recentes na leitura um pouco mais sistêmica do contexto, por exemplo, em que vivem os jovens, o que é um passo importante para se fugir da forma não-dicotômica ou dual de pensar e agir.

Hoje a agenda ambiental brasileira perpassa e transversaliza suas questões não só sobre diferentes territórios e biomas, como também sobre diferentes povos e segmentos sociais, o que é uma questão relevante para agregar novos conteúdos às pautas públicas locais e nacionais, bem como um desafio para não se perder o foco da questão que é, para nós, a vigência de enormes fissuras e desigualdades no acesso a direitos básicos que, em geral, ganham relevo em termos do aprofundamento de novas injustiças socioambientais sobre quem já se encontra em situação de violação de direitos.

Essa questão é verdadeiramente importante para nós e há muito foi identificada no universo científico como um problema. Os esforços até aqui de seu desvendamento por parte de alguns setores acadêmicos

e da luta social acabam por oferecer à opinião pública uma leitura cada vez mais integrada dos diagnósticos e dos processos sociais que envolvem simultaneamente o urbano, o rural e o ambiental, bem como tem faci-

litado a percepção e o exercício dos direitos pelos próprios jovens e seus coletivos, como procuramos apontar até aqui.

JUSTIÇA CLIMÁTICA

Diante desse desafio apontado, o que pensar e o que fazer para superar essas partições em um trabalho com jovens? Optamos por construir algumas mediações necessárias entre os temas do direito à cidade e da justiça ambiental desde o “chão da terra”, desde os conflitos vividos por cada grupo em seus territórios. Para isto, foi necessário construir com os jovens (e entre nós) um acervo reflexivo sobre o tema das políticas públicas urbanas e seus impactos socioambientais. Esse passo nos deu a oportunidade de recuperar a origem do debate sobre o direito à cidade, observado pela construção do conceito de justiça ambiental, buscando identificar quem são os interlocutores desse tipo de reflexão e quais as questões polêmicas estariam envolvidas aí, mas, ao mesmo tempo, à leitura realizada pelos próprios jovens das situações vividas por eles e seus coletivos em cada lugar de execução do projeto. Enquanto se construíam essas mediações, a FASE procurava refletir com os jovens a compreensão mais geral integrada da relação cidades-meio ambiente, o que se deu explorando o conceito de “justiça climática”, a saber:

(...) direito ao acesso justo e equitativo aos recursos naturais, às informações e decisões sobre o uso de tais recursos, assim como a garantia de que nenhum grupo social suporte uma parcela desproporcional da degradação ambiental, ainda precisa ser largamente aprofundada para que as populações atingidas por esses fenômenos possam ser devidamente protegidas (...).

[REVISTA PROPOSTA, n. 122, p. 13, 2011]





Audiência pública contra o Extermínio da Juventude Negra (Recife-PE)



FOTOS: ACERVO FASE PERNAMBUCO

É sobre essa relação conceitual inicial cidade-meio ambiente que a experiência urbano-ambiental dos meninos e meninas que chegavam ao projeto se apresentava. Aquilo que poderia ser um problema para um processo de formação ortodoxo foi, no fundo, o “sal da terra” que nos faltava e que nos deu a chance de dar início a processos reflexivos que procuravam “integrar” essas partes solitárias do urbano e do ambiental. Esta diversidade nos deu a possibilidade de discutir com os jovens os meandros da homogeneidade de percepção sobre o urbano e sobre o ambiental dado que suas experiências de luta nos territórios estavam informadas por padrões de vida nas cidades socialmente impostos de fora para dentro.

A forma como cada jovem vivia e sentia a cidade e sua relação com o meio ambiente era distinta não só porque cada jovem estava numa metrópole diferente, mas porque a desigualdade social, econômica, política, ambiental e cultural demarcava as diversas formas de ser e viver da população no seu existir diário. Por isso é que cada jovem e cada coletivo realizava uma narrativa diferente da experiência do outro, configurando sobre eles identidades no plural. É nesse momento que os jovens demonstram interesse pelo debate acerca das consequências da falta de meios e de políticas públicas verdadeiramente baseada numa aposta da justiça climática.

RACISMO AMBIENTAL

Foi a partir das demandas dos próprios jovens que a FASE desenvolveu oficinas para tratar da questão do racismo ambiental. Na publicação “Ambiente Juvenil: juventude e racismo ambiental” está o registro indicativo da inquietude própria da juventude. E, afinal o que é racismo ambiental?

O conceito “racismo ambiental” se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivo de raça ou cor. Esta ideia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. As instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares reforçam o racismo ambiental e influem na utilização local da terra, na aplicação de normas ambientais no estabelecimento de instalações industriais e, de forma particular, os lugares onde moram, trabalham e tem o seu lazer as pessoas de cor [**BOLETIM AMBIENTE JUVENIL: JUVENTUDE E RACISMO AMBIENTAL**. Recife: set-out de 2013]

Naquele momento, os jovens anteviam as mediações conceituais das quais falamos até aqui. Na publicação referida acima estava destacado que “racismo ambiental e justiça ambiental são temas que caminham conjuntamente para a superação das antigas violações aos direitos”. Dentre esses direitos, evidente estava o direito à cidade que os jovens questionavam como vivência e como identidade em construção no espaço urbano.

Justamente esta diversidade de vivências e identidades construídas nos deu uma nova oportunidade de abandonar a ideia de “juventude” no singular e abraçar logo cedo o conceito de “juventudes”, dado que aqueles meninos e meninas chegaram ali pela potência de sua diversidade que era ao mesmo tempo étnica, cultural e regional. No entanto, e apesar desse salto adquirido, um traço identitário entre esses jovens permanece ativo e transita em suas histórias de pertencimento social: no geral, sua condição de classe popular, negra e periférica urbana e, no particular, as desigualdades de gênero e raça que resistem perpassando a sociedade e influenciando o comportamento social coletivo para além da condição de classe, dentro e fora dela. Infelizmente, a atual conjuntura brasileira apresenta sinais perversos de que a intolerância e o conservadorismo se ampliaram e ambos são letais às aspirações de jovens como esses com os quais atuamos.

O USO DA CARTOGRAFIA SOCIAL

Como afirmávamos em nosso material “Juventude na cidade e justiça ambiental: que papo é esse?”:

Quando pensamos em cidades logo vêm à cabeça as imagens de arranha-céus, carros em engarrafamentos, comércio e de lugares cheios de gente. Enfim, constrói-se uma ideia de cidade como um grande aglomerado, tumultuado e, em certa medida, caótico. É verdade que esta imagem faz sentido para muitos lugares. Mas é preciso tomar cuidado: ela esconde outras formas de vida nas cidades brasileiras e muitas vezes camufla aquilo que estrutura e constrói cada lugar de uma maneira. Primeiro, as cidades no Brasil são muito diferentes entre si. É verdade que 85% da população brasileira mora em cidades, mas ela não está toda concentrada em cidades grandes, metrópoles. Uma parte significativa da população urbana do Brasil, 30% de toda a população, mora em cidades pequenas de até 50 mil habitantes e estas cidades somam quase 90% do total de municípios do país. No entanto, quase um terço dos brasileiros estão concentrados em apenas 38 cidades com mais de 500 mil habitantes cada uma. [**Joana Barros da Silva e Evanildo Barbosa da Silva.** JUVENTUDE NA CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL: QUE PAPO É ESSE? Rio de Janeiro: FASE, 2012]



FOTO: ACERVO FASE RIO

Construção da Cartografia social da Maré (Rio de Janeiro-RJ)

Estes números nos mostravam que nossas questões em torno do urbano e da justiça ambiental eram de fato um desafio para o projeto, porque além da questão social em si que os números apontavam - já que os jovens vinham destas poucas, adensadas, mal planejadas e violentas cidades brasileiras -, o que estava em questão era a sociabilidade e os códigos que esses corpos juvenis já experimentavam no seu cotidiano de periferias constituintes de um urbano altamente concentrado.

Esta concentração está relacionada ao modo como as cidades são construídas, o que vai implicar no jeito de viver nestes lugares e na forma como a população convive com os problemas urbanos (e ambientais). Se dermos uma olhada na nossa cidade vamos perceber que cada grupo vive de uma determinada maneira as situações de poluição ambiental, de falta de saneamento, de falta de transporte, de acesso aos equipamentos de cultura e lazer. [**IDEM**]

Desde aí, cada grupo exercitava uma percepção urbana única, mas profundamente referida às suas condições desiguais de reprodução material e de acesso à cidadania. Esta percepção juvenil foi ganhando relevo com a entrada em cena dos processos de cartografia social empreendidos coletivamente.

O que se observava sobre o lugar juvenil nas diversas cidades emanava, em grande medida, das atividades nas quais os jovens realizavam o reconhecimento de seus territórios, construindo através de seus mapas falantes, de percursos e giros fotográficos por intermédio de oficinas de construção de painéis sobre os lugares, de narrativas em vídeo... Foram recursos muito interessantes para desnaturalizar o lugar e o que se vivia ali, pois possibilitavam aos jovens o reconhecimento das diferenças que se materializam desde os territórios, bem como as suas proximidades entre lugares aparentemente tão distantes, tanto do ponto de vista das violações de direitos e violências cotidianas vivenciadas por eles na sua trajetória individual de pertencer à cidade, como também da trajetória de sua organização política para conferir sentido de luta e exigibilidade dos direitos juvenis contra as desigualdades urbanas sobre a juventude periférica e negra.

Essa percepção juvenil que evoluiu da experiência pessoal para a dimensão coletiva (e, muitas vezes, para uma percepção de classe) é para nós um indicador de amadurecimento político só possível pela formação baseada na noção dos direitos. Neste sentido, a cartografia social como instrumental metodológico vivo foi se revelando também como possibilidade de coesão política entre coletivos de jovens de diferentes lugares que se identificavam nos

“A cartografia social como instrumental metodológico vivo foi se revelando também como possibilidade de coesão política entre coletivos de jovens de diferentes lugares”

seus desejos e frustrações, agendas e formas de luta e de resolução dos problemas de que são acometidos social e ambientalmente falando.

Aberta essa chave de leitura em que a desigualdade passa a ser um centro analítico importante para os jovens articulados no projeto, deu-se início ao estabelecimento de vínculos entre esse tipo de reflexão sobre desigualdades urbano-ambientais e os impactos do modelo de desenvolvimento em curso no país sobre a própria juventude.

O que nos orientava neste processo de formação dos jovens e seus coletivos era também a percepção esboçada muito bem por Cristiane Faustino, de que para

pensar a realidade das desigualdades a partir de complexas - e muitas vezes camufladas - opressões, me faz pensar também que, mais do que construir uma nova concepção de desenvolvimento, o nosso maior desafio é a construção de outras racionalidades, de outras formas de conceber a vida e a história, tendo a humanidade como diversa e colorida. Com diferentes espaços e temporalidades. O direito à diversidade deveria ser para nós um princípio existencial, por assim dizer [*in* Joana Barros da Silva e Evanildo Barbosa da Silva. JUVENTUDE NA CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL: QUE PAPO É ESSE? Rio de Janeiro: FASE, 2012]

Como dissemos, essa contribuição nos foi ofertada por Cristiane Faustino nos processos de cartografia social urbana, e a partir daí uma nova chave de leitura se abriu e passou a dar densidade aos nossos afazeres no projeto. Foi assim que produzimos vídeos, cartilhas e materiais didáticos que buscavam aproximar os temas dos jovens que estavam no projeto, jovens educadores, e dos outros muitos jovens que estavam nas escolas, nos grupos, nas favelas e outros espaços e que eram convidados pelos jovens educadores a participar das atividades de formação e sensibilização que o projeto ofertava.

Parte do material foi desenvolvido pelos próprios jovens durante as atividades, resultado do processo de oficinas de grafite, de rádio, de mutirões e campanhas em escolas. A outra parte do material foi construída pelos técnicos da FASE e pela coordenação do projeto como forma de instigar o debate e apresentar materiais que pudessem construir um acervo comum de referências e conteúdos analíticos das condições de desigualdade urbano-ambiental nas cidades, especialmente referidas à juventude negra e periférica.

NOVAS REFLEXÕES

A FASE é parte de um campo de reflexão e atuação política acerca da problemática ambiental que tem sido muito importante para disputar os

sentidos da questão em si. Muito já se produziu acerca das mudanças climáticas, dos impactos do efeito estufa, bem como dos limites das alternativas apontadas pelo mercado verde e do quanto essas alternativas só reforçariam as desigualdades já existentes nos territórios.

E por essa consciência chegar também aos jovens por meio dos processos de formação compreendidos, abriu-se uma nova chave de leitura e ampliou-se, por assim dizer, o espectro conceitual na formação, dessa feita ganhando relevo o conceito de justiça ambiental, e sua importância para consubstanciar as percepções juvenis sobre as diversas formas de se produzir injustiça sobre a população juvenil no espaço das cidades. Um breve ensaio destacava sobre qual novo espectro os grupos juvenis passaram a refletir:

Diante dessa realidade, as demandas por justiça ambiental, construídas por organizações e movimentos sociais, defendem um tratamento justo - que nenhum grupo, seja ele definido por raça, etnia ou classe social deverá arcar de maneira desproporcional com as consequências ambientais negativas de determinada obra, política ou projeto - e um envolvimento efetivo em todas as etapas do processo de decisão sobre o acesso e uso dado aos recursos naturais. [FASE, disponível em <http://fase.org.br/pt/o-que-fazemos/justica-ambiental>]

Por isso, o debate sobre justiça ambiental ganhou lugar nos diálogos e logo se percebeu que este necessitava ganhar outros contornos para que dialogasse diretamente com as realidades das juventudes nos seus territórios. O ponto central era estabelecer este link entre direito à cidade e justiça ambiental nos termos das juventudes.

Assim como foi necessário desnaturalizar nos jovens a sua própria experiência urbana - em geral demarcada pelos meios de comunicação de massa por uma visão de cidade que desconsidera as periferias ou as trata de forma preconceituosa - era preciso que esses mesmos jovens pudessem dar concretude a formulações sobre justiça ambiental de forma mais aproximada de seu viver cotidiano e de suas lutas. Na sua gênese,

A ideia de justiça ambiental, assim como a de direito à cidade, é fruto das resistências e lutas de pessoas, grupos e movimentos sociais. O termo injustiça ambiental surge para designar a distribuição/imposição desigual dos riscos ambientais às populações pobres e/ou desprotegidas. Assim, a ideia de justiça ambiental se constrói em contraposição a situações de injustiça ambiental vividas pelas populações em seus territórios. O conceito afasta-se de uma visão de justiça como direito individual e privilegia os sujeitos coletivos. Sofre-se diferentemente as injustiças ambientais assim como se produz de forma diferente e se consome de forma desigual. Vivemos uma enorme desigualdade na apropriação dos recursos naturais do nosso planeta, seja nas cidades ou no campo. Sabemos que uma minoria de mais ou menos um quinto da população mundial consome 80% dos recursos naturais e devolve ao meio ambiente a mesma proporção de poluentes e de degradação ambiental. Esta forma de apropriação e degradação ambiental está intimamente ligada ao padrão de desenvolvimento econômico que os países seguem. Este conjunto de problemas que se manifestam em situações de injustiça ambiental está referido às formas de produção, a escolha por um caminho de crescimento e por uma noção de desenvolvimento que privilegia a dimensão econômica em detrimento de outras maneiras de viver. O discurso hegemônico sobre o desenvolvimento do nosso país e do mundo passa pela afirmação de um e único modo de vida, pautado pelo consumo e supostamente por escolhas livres, típicas do liberalismo. Este discurso supõe ainda o descredenciamento de classes, grupos sociais e pessoas que se contrapõem a este projeto de desenvolvimento. Quem questiona recebe a pecha de entrave ao desenvolvimento e é, muitas vezes, criminalizado por ousar reivindicar. [**Joana Barros da Silva e Evanildo Barbosa da Silva. JUVENTUDE NA CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL: QUE PAPO É ESSE?** Rio de Janeiro: FASE, 2012).

FOTO: ACERVO FASE AMAZÔNIA



Esta percepção da desigualdade urbano-ambiental foi construída e asentada na experiência concreta dos meninos e meninas que passaram pelo projeto, como recuperamos anteriormente. E neste sentido o processo articulado de cartografia social, pesquisa, programas de formação, produção de material gráfico (fotografia e vídeos, grafites, fanzines etc.) e atividades em campo com outros grupos de jovens foi fundamental para a sedimentação deste debate entre os jovens educadores do projeto.

Formar e ser formado em diálogo com outros era o desafio. O que se colocava diante deles, jovens, e de nós, educadores, era a necessidade de constatar e reconhecer ativamente a situação de injustiça ambiental nos territó-

rios e a violação de direitos aos quais as juventudes estavam submetidas. Portanto, tratava-se de incorporar em suas organizações e lutas a perspectiva da garantia da justiça ambiental e do direito à cidade.

A percepção em torno desse desafio foi se construindo com os meninos e as meninas através do delineamento de uma pauta que articulava questões da justiça ambiental às pautas juvenis clássicas. A diferença - o que não é um mero detalhe - era que esta pauta se fazia na justa medida da abertura de outros espaços de atuação política que os próprios jovens foram vislumbrando - participação em conselhos, espaços de formação "não juvenis", participação com a temática da juventude em espaços que tratavam da questão

ambiental - e internamente às suas organizações, num diálogo intenso com os membros destes coletivos, seja através de atividades de intervenção nos bairros e outros espaços juvenis, seja através de processos de formação que englobavam outros camaradas.

Como toda caminhada, esta não chegou ao fim, de modo que nosso esforço aqui é um meio e uma oportunidade para que novos processos de formação e de trabalho com as juventudes sigam se perguntando "que papo é esse?", para que a inquietude dos processos de intervenção social não se canse de realizar perguntas e desconfiar das respostas, condições quase similares que habitam simultaneamente a ciência e as juventudes de todos os recantos.

"Formar e ser formado em diálogo com outros era o desafio. Tratava-se de incorporar em suas organizações e lutas a perspectiva da garantia da justiça ambiental e do direito à cidade"



FOTO: ACERVO FASE AMAZÔNIA



FOTO: ACERVO FASE PERNAMBUCO

Da esquerda para a direita: participação da juventude de Belém no Fórum Social Pan Amazônico (Macapá-AP); Curso de Formação (Belém-PA); atividade nas escolas desenvolvida pelos jovens do projeto (Recife-PE)

Juventude, democracia e participação

O PONTO DE VISTA DOS JOVENS E DE QUEM DE FATO ATUA NOS TERRITÓRIOS É FUNDAMENTAL POR IBASE

Desde 2004 o Ibase trabalha com o tema juventude, a partir do reconhecimento dos/as jovens como sujeitos políticos de direito, buscando compreender suas formas de participação, demandas e as diferentes maneiras que as colocam no espaço público. O tema ganhou força e se consolidou no mesmo período em que a instituição criou a área “Direito à Cidade”, resultado de um trabalho em parceria com organizações comunitárias e de desenvolvimento local. Essa área foi constituída para ser um ambiente articulador de um conjunto de iniciativas da instituição, como ações, participação em fóruns, articulações e redes relacionadas a favelas, desenvolvimento comunitário, desigualdade racial, segurança pública e justiça ambiental sempre com a perspectiva de incorporar o ponto de vista dos/as que estão no território. Desde o início, o tema “Direito à Cidade” tem sido abordado num movimento de disputa por uma cidade diversa e plural para todos e todas. Questão urbana e de juventude surgiram em um mesmo período como resultado de muito trabalho e não como ponto de partida.

O tema juventude, contudo, foi construído a partir de um caminho próprio. É fruto da produção de conhecimento e envolvimento em espaços de influência política como: redes, fóruns e conselhos de políticas públicas de juventudes. Entre as importantes pesquisas realizadas, destacamos a “Juventude Brasileira e Democracia”, por ter sido a primeira de âmbito nacional desenvolvida em um contexto de debate público sobre direitos, participação e políticas de juventude no Brasil, o que ajudou a amplificar ainda mais o alcance de seus resultados. Outra pesquisa de muita relevância dada sua abrangência foi “Juventudes Sul-americanas: diálogo para a construção da democracia regional”. Esta investigação foi realizada em parceria com outras organizações não-governamentais e universidades, e pesquisou a atuação de jovens organizados em torno de diferentes demandas em seis países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). Estas

Jovens de Campo Grande que realizaram campanha sobre mobilidade urbana



“O tema juventude é fruto da produção de conhecimento e envolvimento em espaços de influência política como redes, fóruns e conselhos de políticas públicas de juventudes”



FOTO: ARQUIVO IBASE

duas pesquisas foram fundamentais para a consolidação do tema dentro da instituição e para influenciar as concepções de juventude nas sociedades pesquisadas. Além disso, contribuíram para o fortalecimento das políticas públicas nos países (governos nacionais e locais), para o reconhecimento dos/as jovens como sujeitos estratégicos a serem ouvidos/as na formulação de políticas para a juventude e valorização de grupos juvenis como agentes decisivos no processo democrático. O conhecimento produzido pelas pesquisas vem sendo disponibilizado para movimentos sociais e governos em vários níveis. Atualmente, continuamos a produzir pesquisas, atuando em fóruns e a incidir em processos políticos em curso.

NOVOS CAMINHOS

O projeto “Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem” vem agregando uma nova experiência com a temática juventude. Coordenado e desenvolvido em parceria com o IFHEP (Instituto de Formação Humana e Educação Popular), o projeto se dá em dois territórios da região metropolitana do Rio de Janeiro: Campo Grande, bairro da Zona Oeste, e no Santa Marta, favela situada no bairro de Botafogo, na Zona Sul, e desenvolvido pelo Grupo Eco.

Estabelecer essa parceria foi fundamental para o resultado positivo que o projeto obteve ao longo dos últimos cinco anos. Mesmo com a experiência acumulada pelo Ibase desde 2004 com o tema da juventude, tornou-se um desafio articular sua experiência em pesquisa e incidência em políticas públicas em uma ação mais voltada para o território atuando com grupos locais. A realização do projeto nestes territórios potencializou e ampliou o envolvimento já existente de jovens com as organizações locais. A novidade estava em atuar com o/a jovem, fortalecendo seu engajamento e atuação em seu local de moradia, como também estabelecer parcerias com organizações locais para pensar e construir com a juventude, em territórios específicos.

Olhar para o território sob o ponto de vista da cidade e das mudanças climáticas a partir da vivência da juventude nos possibilitou ampliar a percepção sobre os modelos de desenvolvimento relacionados à justiça ambiental em cada território, mas também refletir, de maneira articulada, as realidades local, nacional e global, suas interfaces e impactos mútuos.

MAIS PRÓXIMO DA REALIDADE DOS(AS) JOVENS

Os/as jovens, interlocutores/as do projeto são os/as moradores/as de favela e periferia do Rio, espaços em que se entrelaçam injustiças socioambientais e violação de tantos outros direitos. O direito pleno à cidade é um direito ainda a ser conquistado. Estes territórios evidenciam as consequências de um modelo de desenvolvimento que produz e amplia desigualdades sociais em espaços urbanos.

Grafite temático sobre a importância da coleta de lixo no Santa Marta



FOTO: ARQUIVO IBASE

O desenvolvimento do projeto direto no território nos permitiu dialogar e conhecer os/as jovens onde eles/as moram, estudam, trabalham e convivem com outros/as jovens. Esse movimento contribuiu para o projeto sair de uma ideia geral e se concretizar a partir do que era mais importante para a juventude local, construindo ações que fortalecessem o que já estava em curso - resistências e alternativas existentes -, resultado da organização das juventudes.

Uma das escolhas feitas inicialmente pelo Ibase foi desenvolver uma pesquisa/diagnóstico socioambiental participativo, com uma metodologia que consiste em debate e mobilização que combina o diagnóstico participativo e a cartografia social. Iniciar um processo de pesquisa é sempre uma forma de fazer incidência

política. Esse movimento permitiu conhecer o local no qual iríamos atuar e ampliar o conhecimento da juventude sobre seu próprio território.

Optamos por uma pesquisa participativa para fazermos juntos/as e captar diferentes percepções e opiniões de diferentes jovens sobre os territórios. Utilizamos para o trabalho de pesquisa duas metodologias participativas: diagnóstico participativo e a construção do mapa participativo.

A proposta de usar metodologias participativas consiste em construir o conhecimento a partir da vivência de cada sujeito, de cada jovem, contribuindo para que a juventude local (re)conhecesse suas realidades. Foi um momento importante de troca entre os/as jovens para refletir coletivamente sobre

A gente formou o Coletivo Santa Marta com lideranças de diversas frentes, que atuam em diversos locais. O Coletivo se tornou um espaço para conversar sobre o Santa Marta. Talvez tenha sido um dos nossos maiores ganhos, um espaço para falar da favela, na Zona Sul, que tem um projeto de urbanização que não sai do papel, tem a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, que tem todos os focos naquela favela, mas ainda mantém muitas coisas dos últimos 10, 20 anos. Pouca coisa mudou!

EDSON OLIVEIRA

os seus locais de moradias, suas potencialidades, locais importantes, os conflitos e os problemas existentes. O ponto de partida foi a realização de uma oficina de diagnóstico participativo envolvendo somente os grupos parceiros em cada território. A partir de uma pergunta central, elencamos as principais questões de cada território, os/as jovens refletiram sobre o que mais lhes preocupava. Durante o diagnóstico realizamos uma oficina para produzir um vídeo sobre o Santa Marta e outro sobre Campo Grande. A produção de audiovisual foi um dos elementos do processo de pesquisa e essa oficina também resultou no roteiro dos grupos focais, outra técnica de pesquisa que integrou o processo do diagnóstico socioambiental. Esse método nos ajudou a conhecer a opinião de mais jovens, para além dos mobilizados pelos parceiros locais que participaram da oficina inicial. Ao todo foram cinco grupos focais em cada território, cinco em Campo Grande e cinco no Santa Marta.

Na última etapa dessa fase inicial do projeto, jovens que já haviam participado dos momentos anteriores se reuniram e produziram um mapa sobre cada território. Assinalaram, dos seus pontos de vista, problemas e conflitos existentes. Neste processo puderam pensar sobre os temas, as questões que apareceram e reconhecer suas causas, quem as provocava, quem era atingido diretamente. Desta forma também puderam construir sugestões de soluções.

Esses mapas contribuíram de forma especial para que os/as jovens interpretassem a realidade, buscando reconhecer as ações já existentes, as ausências e fortalecer novas alternativas de intervenção nas áreas de atuação dos grupos envolvidos e de intervenção das políticas públicas. Durante a confecção do mapa participativo, reconstruíram uma visão sobre o seu território utilizando símbolos e figuras.

Utilizamos o método da cartografia social, que consiste em recuperar uma linguagem que é, ao mesmo tempo, supervalorizada e largamente ignorada. É importante falar sobre a não neutralidade científica desta metodologia: os mapas são um documento de interpretação da realidade situado nas relações de poder existentes.

Ao final desse processo, que ocupou o primeiro ano do projeto, tínhamos um mapeamento socioambiental dos dois territórios denominado “Tá no Mapa”. Os dois grupos concluíram seus diagnósticos participativos com alto grau de adesão e comprometimento dos/as jovens com o processo de mobilização da população, em especial da juventude local, em torno das causas definidas como prioritárias em cada território.

Todo o processo de mapeamento socioambiental dos territórios norteou o projeto ao longo dos anos seguintes, com a realização das atividades de formação, seminários e encontros. Conseguimos promover grandes encontros para pensar a cidade a partir de diferentes olhares das juventudes, com o envolvimento desses jovens, em sua maioria

moradores/as de periferias e favelas, de diferentes locais do estado do Rio de Janeiro.

Estas atividades também envolveram diferentes parceiros, a Camtra (Casa da Mulher Trabalhadora), o Conexão G, Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, Escola de Gente, Fase Rio e Fase Pernambuco, a Fundação Educacional Unificada Campograndense (Feuc), Ação Educativa (SP) e Diaconia (Ceará).

Foram os chamados “seminários aglutinadores” nos quais promoveram encontros, troca de experiências entre jovens e o debate de temas relacionados à juventude e sua diversidade, o direito à cidade e às questões ambientais.

CAMPANHAS FACILITARAM A PARTICIPAÇÃO DOS/AS JOVENS

Durante a realização do projeto, houve momentos destinados a aprender como incidir politicamente com campanhas públicas. Qual tema, entre tantos que apareceram ao longo do diagnóstico socioambien-

tal dos territórios, poderia ter os elementos necessários para se tornar o mote de uma campanha pública em cada local?

A proposta consistiu em construir um planejamento de comunicação para mobilização dos jovens dos dois territórios com base em campanhas sociais bem sucedidas para incidência política, como a campanha “Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, em 1993 e “Onde você guarda o seu racismo?”, em 2003. As duas foram realizadas pelo Ibase em parceria com outras organizações.

“Promovemos grandes encontros para pensar a cidade a partir de diferentes olhares das juventudes, com o envolvimento de jovens moradores de periferias e favelas”

Quem dera se todas as cidades pudessem ser agraciadas com tais pesquisas e apontamentos como os que tivemos o privilégio de ter. Os jovens das duas áreas escolhidas para o desenvolvimento do projeto tiveram a oportunidade de se encontrar e debater durante longos períodos o futuro da nossa sociedade, a decadência do socialismo, a voracidade do capitalismo, a desigualdade social que tanto cresce no Brasil. Tiveram a difícil tarefa de buscar alternativas ao sistema capitalista.

RAFAEL MEIRELES



Jovens do Coletivo Campo Grande no lançamento da campanha *Ônibus Me Pega*

“A mobilidade urbana é um problema central para os grandes centros urbanos e os jovens são os mais prejudicados com essa dificuldade de circulação”

Para chegar ao tema e ao mote das duas campanhas realizamos diversas oficinas participativas com os dois grupos, para construir um planejamento que dialogasse com as duas realidades: Campo Grande e Santa Marta. Desenvolvemos um trabalho intenso de encontros e pesquisas para que as campanhas fossem muito bem planejadas.

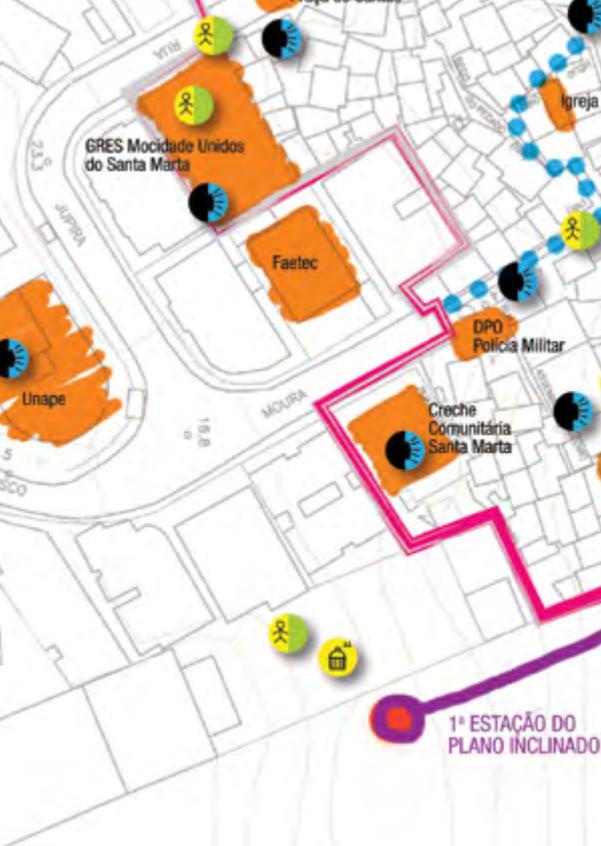
Ainda que os temas e motes fossem tomando forma, a dúvida sobre se eles estavam de fato bem escolhidos fez-se presente o tempo todo. Em Campo Grande, a questão central foi - e é - a da mobilidade urbana, com foco no serviço de ônibus. Na favela Santa Marta o tema central foi o lixo. Será

que teríamos condições de trabalhar com esses dois temas, em sistemas complexos? A mobilidade urbana é um problema central para os grandes centros urbanos, assim como o lixo, que tem pouco reconhecimento, apesar da sua extrema importância. O que fazer com o lixo que produzimos? É uma questão para as nossas cidades. Os antecedentes e o diagnóstico realizado nos levaram a esses temas e não deixavam dúvidas, apesar da complexidade que ambos traziam.

Por que uma campanha sobre ônibus? Campo Grande é um bairro do Rio de Janeiro que fica a aproximadamente 50 quilômetros da região central da cidade. Moram cerca de 400 mil pessoas e nos últimos anos tornou-se grande alvo da especulação imobiliária. Em 2010, foi o bairro com maior número de lançamentos de imóveis no município do Rio (Tá no Mapa: Campo Grande, 2011). O transporte público é ineficiente nos bairros de periferia da cidade e Campo Grande não é exceção. Na verdade este é um problema histórico e grande. E não se trata apenas do acesso: a circulação

O projeto foi de grande importância pra minha formação como pessoa. Durante esses anos tivemos um espaço para o debate sobre como é ser jovem e todas as questões que estão no entorno desse fato, assim como diagnosticar o ambiente em que vive a nossa juventude, somado todas as violações e resistências que este “ser jovem” implica. A campanha “Ônibus me pega!” foi um produto que construímos como resultado desse espaço de discussões, uma ferramenta para expressar nossas conclusões e nossos manifestos perante a realidade da nossa juventude.

MONIQUE LIMA



Neste sentido, a campanha faz esse contraponto ao racismo que está dado. Porque, na verdade, a questão do transporte precarizado é só uma das formas do racismo que estrutura a sociedade. Então, acho que a campanha vem fazer um contraponto colocando em debate a questão do transporte para essa população que vive na periferia. Colocando sempre que isso é decorrente do racismo.

HELEN NZINGA

dentro do próprio bairro é muito precária. A qualidade dos ônibus é muito ruim, o tempo de espera é muito grande. Por fim, não atende a população de acordo com suas necessidades, ou seja, a qualidade do serviço de transporte é péssima. Para conseguir circular dentro do bairro com um pouco mais de facilidade, sem tanta espera, os/as moradores/as precisam usar de forma contínua o transporte alternativo da região, as vans.

Os/as jovens são os/as mais prejudicados/as com a dificuldade para circular dentro do próprio bairro. A pesquisa mostrou que eles ficavam cerca de uma hora esperando ônibus para chegar à escola e o mesmo acontecia no retorno para casa. Naquele momento, 2013, era imposto um limite de três estudantes por ônibus, exigência feita pela empresa local que fazia com que os/as estudantes passassem tempo demais esperando. As consequências eram imediatas na vida dos/as jovens estudantes: dificuldade de ir para escola, voltar para a própria casa, frequentar e conhecer outros locais de estudo e lazer.

Por que uma campanha sobre lixo?

Santa Marta, favela situada no bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio, convive com a má qualidade de serviços públicos, entre eles, a coleta de lixo. O fato de estar localizada em uma das regiões onde encontramos a maior concentração de equipamentos públicos não lhe confere grandes ganhos. A questão da coleta de lixo não é um problema recente. Para os/as moradores/as do Santa Marta descartar o lixo doméstico nunca foi tarefa fácil. A responsabilidade de descartar o próprio lixo fez com que os/as moradores/as encontrassem saídas que também traziam consequências graves, como o acúmulo de lixo nas encostas da favela.

O excesso de lixo era visível em pontos específicos da favela, assim como sacolas deixadas pelos caminhos



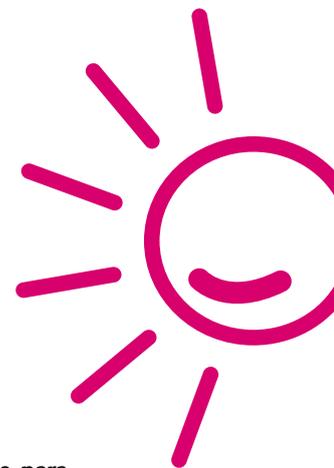
ou nas valas, acúmulo de entulhos de obras, eletrodomésticos e móveis que não têm mais utilidade. A intervenção do poder público sempre foi mínima, os/as moradores eram obrigados a encontrar saídas próprias.

Durante as oficinas participativas fomos tendo a percepção de que uma das saídas dos/as moradores/as era que lixo da porta para fora de casa não pertence mais a ele/a, não pertence a ninguém. As consequências são inúmeras: mau cheiro, um ambiente propício à proliferação de pragas urbanas, como ratos e baratas, fragilizando, assim, a saúde dos/as moradores/as, além das ruas esteticamente feias.

Essas questões atuais relembram uma história de desastres na década de 1980, derivada da falta de cuidados com o lixo. O descaso do poder público e acúmulo de lixo nas encostas do morro provocaram um grande deslizamento com vítimas fatais. Saber o que fazer e como cuidar do lixo sempre foi preocupação dos/as moradores/as. Muitas ações foram realizadas, desde inúmeros mutirões de limpeza de áreas específicas, como também produção de materiais informativos por diferentes grupos do Santa Marta.

Com o foco das campanhas definidos - lixo doméstico no Santa Marta e transporte público, visando especificamente os ônibus em Campo Grande -,

“A comunicação da campanha buscou mostrar à população que é possível lutar por seus direitos e despertou o protagonismo social capaz de transformar hábitos e iniciar as mudanças necessárias em cada território”



era necessário traçar o perfil do público que seria o interlocutor central, escolher como trabalhar a conscientização e que ação tomar. Enfim, decidir quais seriam nossas escolhas.

A comunicação da campanha buscou mostrar à população que é possível lutar por seus direitos, e que a falta de mobilidade impede qualidade de vida. Da mesma forma, despertou o protagonismo social capaz de transformar hábitos e iniciar as mudanças necessárias em cada território. A comunicação teve o papel de mobilizar a juventude de Campo Grande e os/as moradores/as do Santa Marta.

O público de interlocução no Santa Marta são os/as moradores/as e o poder público. Em Campo Grande são os/as estudantes de ensino médio além de atores e atrizes, jornalistas, profissionais de mídia, lideranças religiosas, educadores de escolas, comerciantes locais, garis, supervisor local da Comlurb e motoristas de ônibus. A construção de parcerias

foi uma etapa importantíssima, contribuindo para envolver todas as pessoas possíveis: garis, donos de bares e botecos, vendedores de frutas, escolas, outros grupos e a associação de moradores. Ampliou ao máximo o eco das campanhas dentro dos territórios, uma verdadeira “rádio corredor” e tornou as campanhas “o assunto” nos locais.

Os/as jovens de Campo Grande escolheram um foco que exige uma forte mobilização para que decisões do poder público possam mudar a realidade. Pouca coisa pode ser feita diretamente pela população, bastante diferente do foco escolhido no Santa Marta, que pode ter resultados

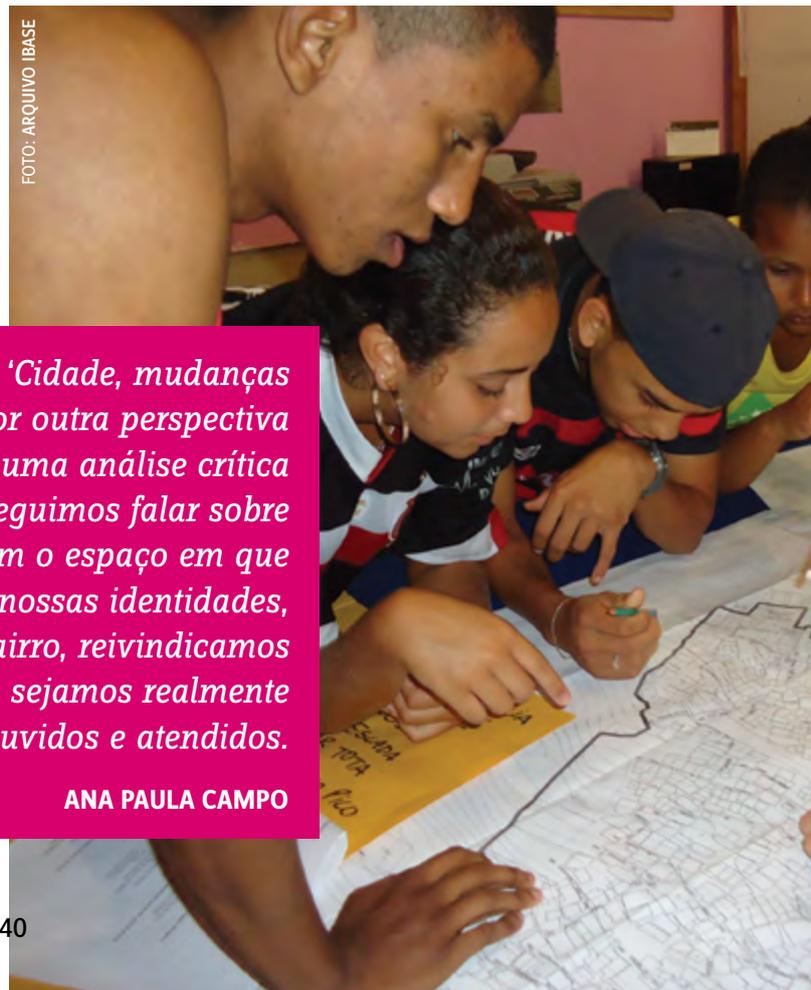


FOTO: ARQUIVO IBASE

Participando das atividades do projeto 'Cidade, mudanças climáticas e ação jovem' pude observar por outra perspectiva o território em que moro e realizar uma análise crítica a respeito da nossa realidade. Conseguimos falar sobre nós mesmos e sobre como lidamos com o espaço em que vivemos. Com esse material reafirmamos nossas identidades, denunciamos os problemas do nosso bairro, reivindicamos nosso direito à fala e lutamos para que sejamos realmente vistos, ouvidos e atendidos.

ANA PAULA CAMPO

O Coletivo Santa Marta focou no lixo, no cuidado com o lixo, mas acaba que em nosso processo de construção, foram aparecendo muitas coisas sobre o Santa Marta como um todo. Seja a obra de urbanização, o trabalho que a Light presta lá, ou outros elementos como saneamento e a remoção do pico.

LÍLIAN HILÁRIO



Jovens do Santa Marta em oficina de cartografia social

a partir da atitude dos/as seus moradores. As ações do movimento em Campo Grande tiveram o desafio de sensibilizar a opinião pública, gerando a necessidade do poder público fazer reformas no sistema.

O desafio foi criar ações de comunicação que tirassem os/as jovens e moradores/as da inércia e da situação atual de aceitação de um sistema de mobilidade que não atende à população. Uma das ações foi denunciar a má qualidade dos serviços voltados à mobilidade de jovens e da população em geral, tornar os/as jovens conscientes de seu direito de circular em ônibus pelo bairro e fora dele com segurança e qualidade, visando acesso à educação, lazer e entretenimento.

A identidade visual de todos os produtos das duas campanhas evitou trabalhar com a culpabilidade, apostou no humor, na irreverência e na possibilidade de passar informações que a maioria desconhece. Cada grupo, em conjunto com a assessoria de comunicação, criou uma “assinatura”, um slogan que pegou: “Ônibus me pega!” e “Eu quero o Santa Marta limpo!”.

Em 2014, com as campanhas finalizadas, construímos três processos. O primeiro foi desenvolver o plano de ação do primeiro ano da campanha, desenhando o passo a passo de cada etapa da campanha (sensibilização, mobilização, sustentação). O segundo consistiu em envolver atores locais antes mesmo do lançamento para participar e construir o “Coletivo Campo Grande” e o “Coletivo Santa Marta”. Os coletivos têm a função de mobilizar lideranças locais, pessoas e instituições de referência que atuam dentro dos territórios e funcionar como um fórum de diálogos sobre os temas da campanha, mas também, para além deles, um espaço para refletir sobre a conjuntura local. Em Campo Grande, o coletivo foi composto basicamente por estudantes de ensino médio. Os coletivos ampliavam todo o processo construído até aquele ponto com eles: as campanhas não eram mais uma ação dos dois grupos iniciais, Grupo Eco e IFHEP, parceiros do projeto como um todo. As campanhas passaram a “pertencer” a uma rede ampla de pessoas e instituições.



A campanha é bem isso, é o que a gente tenta fazer. Chamar a atenção e gritar pelos nossos direitos, para que de certa forma a gente traga visibilidade. Que outras pessoas se identifiquem, queiram construir e não fiquem simplesmente sentindo essa violação. Porque a maioria não sabe que sofre com as violações, mas sente. Então, ao invés das pessoas só sentirem as violações, que elas venham participar com a gente.

LARYSSA SOUZA

JOVENS QUENTES NA DEFESA DOS DIREITOS E DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

Jovens OD/Koinonia de Salvador, Paulo Afonso e Delmiro Gouveia durante Seminário Juventude Negra de Terreiro



FOTO: ACERVO KOINONIA

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E SUAS DIMENSÕES POLÍTICA, PEDAGÓGICA E ORGANIZATIVA

POR KOINONIA

Resgatar e refletir sobre a experiência de trabalho realizada com juventude durante a execução do programa “Juventudes e Direitos na Cidade”, mais conhecido como “Projeto OD”, significa reviver “histórias e estórias”, recuperar processos, registrar aprendizados e limites, enfim, sistematizar a prática educativa e suas dimensões política, pedagógica e organizativa. A experiência foi muito desafiadora para os/as atores/as envolvidos/as, porque implicou em fazer educação popular, transitando por uma concepção de gestão compartilhada, dialógica e criativa, que enfrentou tensões, mudanças e limites durante os cinco anos de desenvolvimento. Mas, lembrando Paulo Freire, o que seria a educação senão a possibilidade de construir e reconstruir saberes, caminhos e sentidos?

O Projeto OD em Koinonia tomou como base a articulação de dois programas que a entidade já desenvolvia na região Nordeste. O Programa Trabalhadores Rurais e Direitos (TRD), que tinha acúmulo de trabalho educativo voltado para a promoção de direitos e o desenvolvimento de políticas públicas junto à juventude rural sertaneja da região do Submédio Franciscano (Bahia e Pernambuco) e Sertão de Alagoas¹, e o Programa Egbé Territórios Negros, na cidade de Salvador, junto às comunidades de terreiros de candomblé, que desenvolvia ações para o enfrentamento de problemas relacionados à intolerância religiosa. Portanto, implementar

um projeto comum envolvendo os programas TRD e Egbé, a priori, significou um desafio institucional porque implicou no redimensionamento das estratégias formativas e do público, ou seja, Koinonia passou a ter como foco de sua intervenção o processo educativo com grupos de jovens urbanos das periferias das três cidades pólos que atuava - Delmiro Gouveia, Paulo Afonso e Salvador -, articulados em torno do eixo “Juventude, direito à cidade e justiça ambiental”.

Na prática, tal inflexão do trabalho levou Koinonia a atuar com jovens de grupos de arte-educação e movimentos sociais na cidade de Delmiro Gouveia (Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC), Skatistas, Capoeira, Fundação Garagem Hip-Rock, Cooperativa de Bancos de Sementes, Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Jovens de Sindicatos e Assentamentos Rurais, Tribos Indígenas, jovens da Rede Ecumênica da Juventude (REJU), Jovens público do Projovem, evangélicos da igreja Batista e Assembleia de Deus). Na cidade de Paulo Afonso com grupos de danças e músicas (pagode, danças afros, axé, forró, black, hip hop, musicais alternativos), em parceria com Repensar - uma Organização Não Governamental local. E em Salvador, com jovens de terreiros de candomblé, que ainda não tinham uma vinculação direta com grupos sociais organizados.

“Significou criar espaços de diálogos e intercâmbios entre os próprios jovens para que eles contribuíssem com seus diferentes saberes no processo educativo, buscando uma identidade comum em torno da luta pela cidadania e superação das diversas formas de violação de direitos”

Do ponto de vista metodológico, a mudança de público significou redimensionar as estratégias de trabalho e modificar concepções e jeitos de fazer educação, pois exigiu dos/as educadores/as abertura para atuar com jovens que não tinham um perfil militante e aceitar os grupos e pessoas como elas são, agregando-as com suas diversidades, acolhendo-as com suas histórias e visões de mundo diferenciadas. Ao mesmo tempo significou criar espaços de diálogos e intercâmbios entre os próprios jovens para que eles contribuíssem com seus diferentes saberes no processo educativo, buscando uma identidade comum em torno da luta pela cidadania e superação das diversas formas de violação de direitos.

Considerando as dimensões citadas - diversidade do público e necessidade de ter uma proposta educativa que dialogasse com as diferentes realidades e interesses -, a estratégia de trabalho com juventude urbana manteve como eixo estruturante a formação de agentes culturais jovens, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania. Mas, o que significa ser agente cultural? No processo educativo realizado, o termo “ação cultural” partiu da compreensão que cada comunidade humana constrói um modo de ser próprio, cultiva valores, tradições e histórias que outras comunidades não cultivam, portanto, cultura concebida enquanto um conjunto de tradições, processos de aprendizagem e de imaginação criativa das comunidades. A ação cultural nasce da valorização do espaço local como ambiente privilegiado de cultura. Desse modo, o agente cultural é aquele que cria em sua localidade uma forma de atuação mobilizadora, que se dá a partir de alguma motivação coletiva, para atender necessidades de grupos e pessoas.

Em se tratando da experiência educativa de Koinonia com o Projeto OD, ser agente cultural jovem implicou em ser agente motivador e mobilizador de ações para promover direitos e estimular práticas de desenvolvimento sustentável e solidário. Ações culturais organizadas por jovens que poderiam acontecer de várias formas - rodas de conversa, cursos, oficinas, cine-clube, festas, teatros, festivais, projetos produtivos, palestras, vivências nos terreiros, atos públicos, tendo como foco o eixo “Juventude, direito à cidade e justiça ambiental”. Assim, o Projeto OD partiu do legado da experiência de Koinonia em fazer educação popular com juventude rural, que teve como horizonte estratégico a constituição de sujeitos de direitos, e desse modo, ganhou significado a identificação dos jovens envolvidos na formação como “agentes culturais jovens urbanos”.

Fazer formação numa perspectiva de afirmação de direitos requer que olhemos os elementos que configuram a realidade dos sujeitos envolvidos. Desse modo, Koinonia optou por iniciar a experiência com uma Pesquisa Participante com jovens das periferias, buscando mapear os grupos de jovens existentes e identificar as percepções da juventude sobre as problemáticas das realidades locais e os temas abordados.

Com a pesquisa foi possível descobrir problemáticas comuns que conformam a realidade da juventude das três cidades onde se desenvolveu o projeto, tais como: violência letal e os efeitos perversos das políticas de drogas, com extermínio da juventude negra; desocupação da juventude, levando à ociosidade; ausência de políticas públicas voltadas para o lazer, cultura e segurança pública; inadequação de um siste-

ma educacional; deficiência das políticas de saúde; crise socioambiental que deixa as periferias reféns de desastres ambientais; falta de saneamento; poluição sonora, do ar e do solo; intolerância religiosa, especialmente com as religiões de matriz africana; falta de acessibilidade; desorganização dos jovens, existindo poucas iniciativas dos próprios jovens de mobilização em torno de luta por direitos e políticas públicas; esvaziamento e/ou inexistência de instâncias de controle social, a exemplo dos conselhos de juventude.

A leitura e a compreensão das expressões desta realidade da juventude ganharam dimensões importantes no decorrer do trabalho, porque serviram de subsídio para aprofundamento das reflexões sobre os problemas. Nas atividades educativas nas três cidades, por exemplo, temáticas comuns foram permanentemente tratadas no decorrer do projeto - violência urbana, intolerância religiosa, participação da juventude nas políticas públicas, acessibilidade e meio ambiente. A prática da investigação continuou sendo exercitada no percurso formativo, por meio da realização de outros diagnósticos pelos jovens participantes do Projeto. E, ainda, o conhecimento das diferentes realidades serviu para repensar a metodologia de trabalho com os/as jovens, tanto no município de Paulo Afonso, quanto em Salvador, bem como para identificar iniciativas de resistência e possibilidades de fortalecimento do protagonismo juvenil.

“O conhecimento das diferentes realidades serviu para repensar a metodologia de trabalho com os/as jovens, bem como para identificar iniciativas de resistência e possibilidades de fortalecimento do protagonismo juvenil”

A FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES

A experiência teve como fio condutor a formação de agentes culturais jovens para promoção do direito à cidade e justiça ambiental, articulada em três dimensões: 1) formação de multiplicadores, por meio de pesquisa participante, curso modular, rodas de conversas, vivências e cine-juventude; 2) organização social, com o desenvolvimento de ações culturais nos bairros, inserção dos jovens nos conselhos de políticas públicas e engajamento em movimentos sociais e lutas por direitos; 3) realização de projetos produtivos, por meio da confecção de material de arte para grupos de capoeira em Salvador e material de serigrafia para grupos de pintura em Delmiro Gouveia.

A proposta pedagógica teve seus objetivos assim delineados:

- Organizar um conjunto de informações que permitisse aos jovens nuclear outros jovens e construir ações culturais locais de promoção de direitos, com efeito multiplicador e que produzisse impactos nos territórios onde vivem e convivem;
- Estabelecer um ritmo em que os processos de diagnóstico, planejamento, realização e avaliação das ações culturais fossem percebidos enquanto instrumentos de construção de um modelo pedagógico de trabalho político-educativo e organizativo com a juventude;
- Contribuir para a elaboração de uma proposta de trabalho com juventude que servisse de referência para o desenvolvimento de outras experiências educativas e organizativas dos/as jovens.

Tendo como referentes os objetivos, inicialmente foi realizada Pesquisa Participante, já mencionada, junto aos grupos de jovens das periferias das cidades sobre juventudes, direitos e mudanças climáticas. Na pesquisa também foram abordados profissionais que atuam com políticas públicas das áreas de Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança e, também, lideranças de diferentes denominações religiosas. Para realização da pesquisa foram feitas oficinas com lideranças jovens para debater o instrumento de coleta dos dados

Para mim, o Encontro sempre foi o momento auge da formação, participei de três. Gostava principalmente da feira, onde a gente mostrava, com emoção, o nosso trabalho com os jovens da comunidade. A juventude fazia questão de montar as barracas com fotos, vídeos, cartazes, simbologias das práticas. Um dia Koinonia quis tirar a feira do Encontro e não concordamos, foi conflituoso. A feira acabou rolando (...). Com o Curso de Agentes Culturais aprendi muito, discutimos temas desconhecidos que hoje são atuais, como racismo ambiental. Continuo o trabalho na comunidade e hoje sou uma liderança da Pastoral de Juventude do município.

LUCAS ATANAEL CARVALHO, 18 ANOS,
PASTORAL DE JUVENTUDE, DELMIRO GOUVEIA

(questionário), análise e sistematização das informações. A partir da Pesquisa Participante foram articulados públicos e organizado um processo educativo sistemático com a juventude, que teve o Curso de Formação de Agentes Culturais Jovens como atividade âncora.

Do ponto de vista metodológico, o Curso de Formação de Agentes Culturais Jovens trabalhou com conteúdos e instrumentos pedagógicos para construção de diagnósticos, planejamento, monitoramento e avaliação das ações culturais. Desse modo, a equipe de educadores/as construiu uma cartilha de apoio ao curso, com um roteiro metodológico que permitia ao facilitador/a conduzir a atividade pedagógica de forma dinâmica e envolvendo os/as cursistas no processo de construção do saber. Este curso foi organizado em três etapas, realizado anualmente, com turmas em torno de 30 jovens em cada cidade, e, entre uma etapa e outra, os participantes desenvolviam atividades nos bairros com outros jovens e a população.

“O processo educativo experimentado foi centrado na criatividade e no modo de ser e de se comportar que a juventude, no seu espaço próprio, do seu jeito, constrói”

Jovens
OD/Koinonia
de Salvador,
Paulo Afonso e
Delmiro Gouveia



FOTOS: ACERVO KOINONIA



O processo educativo experimentado foi centrado na criatividade e no modo de ser e de se comportar que a juventude, no seu espaço próprio, do seu jeito, constrói. Daí, o curso ter criado um percurso metodológico de ajudar os “agentes culturais” a construir ações a partir da inserção na realidade local nos bairros e/ou comunidades e também nos próprios municípios. Desse modo, o curso teve o seguinte desenho e conteúdos programáticos:

- **1ª ETAPA:** refletir sobre o que é uma ação cultural e os temas eixos do Projeto - direitos juvenis e justiça ambiental, resgatando o significado da identidade das juventudes para a vida nas cidades. E trocar ideias sobre instrumentos de construção de um Diagnóstico Rápido e Participativo com grupos de base nos bairros e comunidades.

A atividade assumida pelos cursistas nessa etapa foi a realização do Diagnóstico nos locais indicados para realização das ações culturais, para identificar o perfil dos/as jovens, principais problemas, potencialidades e formas de organização.

- **2ª ETAPA:** debater sobre o ciclo e instrumentos de planejamento e monitoramento, com ênfase nas políticas públicas. E, com base no diagnóstico realizado após a primeira etapa, elaborar os planejamentos das ações culturais para serem realizadas com os grupos de base. As ações eram realizadas e registradas para serem apresentadas na feira de experiências durante a terceira etapa.

As principais temáticas e problemáticas trabalhadas durante o curso e que foram também objeto da realização de ações com grupos de jovens nas comunidades foram: direitos juvenis, direito à cidade, políticas públicas, racismo ambiental, intolerância religiosa, acessibilidade, direitos humanos, participação popular e estatuto da juventude. A seguir apresentamos exemplos de ações culturais realizadas pelos cursistas, que envolveram jovens, organizações populares, comunidades periféricas e tiveram incidências nas políticas públicas locais:



O Projeto OD, com sua metodologia da educação popular realizado de forma lúdico-pedagógica, tem efeito sensibilizador, diferencial que tem atraído a atenção de muitos jovens. O Projeto tem despertado nos jovens a importância da educação como fator fundamental da cidadania, vem contribuindo para integração de diversos jovens no mercado de trabalho, reivindicando direitos e não aceitando as coisas como são impostas. Contribui para que jovens, através de oficinas, conversas e seminários, despertem a capacidade de se indignar com as injustiças sociais. O Curso proporciona a organização e participação das juventudes - mesmo com poucas oportunidades e grandes desafios - para a atuação e inserção em diversas esferas de participação política, que se configuram em: Conselhos de políticas públicas diversos, Conferências, Universidades, Redes, Departamento de Juventudes, dentre outros espaços de discussões políticas.

NEVERTON NÓIA DA SILVA,

17 ANOS, LÍDER DO MAC,

CURSISTA DE DELMIRO GOUVEIA

- **Campanha sobre lixo** em Paulo Afonso, onde a juventude mobilizou a comunidade para recolher o lixo das ruas e acionar o poder público para registrar e discutir estratégias de como tratar o lixo;
 - **Mobilização de adolescentes e jovens contra o extermínio da juventude** em Delmiro Gouveia, envolvendo escolas, igrejas, associações de bairros e movimentos sociais. A problemática evidenciada chamou a atenção do Unicef, que elegu a cidade como prioritária para o programa “Selo Unicef”.
 - **Campanha educativa nas escolas** de Salvador, que envolveu educadores/as e estudantes no debate sobre intolerância religiosa e formas de enfrentamento.
- **3ª ETAPA:** avaliar as ações culturais realizadas pelos jovens nos diversos bairros dos municípios, dando ênfase aos processos de construção das ações, aos resultados e limites. E construir um modelo político-pedagógico de formação para ação permanente, que percebesse o processo diagnóstico-planejamento-ação-avaliação-celebração e servisse de referência para outras ações multiplicadoras.

A terceira etapa e atividade final do Curso de Agentes Culturais Jovens foi denominada de Encontrão, por ser um espaço que além de aglutinar os cursistas das três cidades para avaliar todo o processo formativo, juntava outros jovens envolvidos no Projeto OD, que realizavam outras modalidades educativas durante o ano. O Encontrão constitui-se em um momento de intercâmbio das diferentes ações culturais e experiências dos/as jovens, com a finalidade de identificar as dificuldades e afirmar os elementos significativos que colaboravam na construção de um modelo político pedagógico de formação permanente para a juventude. No Encontrão ocorriam as feiras de experiências, onde os/as jovens socializavam, com imagens, símbolos, brincadeiras e depoimentos, as ações realizadas com outros jovens e as vivências pessoais.

RACISMO AMBIENTAL, DIREITO À CIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Importante ressaltar que a experiência com o Projeto OD teve como atividade principal o Curso de Agentes Culturais, mas o processo educativo foi muito mais amplo. Para funcionamento do Projeto havia nas três cidades um/uma educador/a jovem que assumia o papel de mobilizador/a local e também de facilitador/a dos cursos e outras atividades educativas, tais como oficinas, rodas de conversas, palestras, seminários, cineclubes. Esse/a facilitador/a local tinha a tarefa de organizar, colaborar e acompanhar o conjunto das atividades do projeto desenvolvidas durante o ano. Para manter uma unidade da intervenção nas três cidades, anualmente era realizado um planejamento, com

a participação dos/as facilitadores/as locais, lideranças jovens das organizações participantes do projeto e os dois educadores/as apoiadores/as de Koinonia. As ações do planejamento estiveram ancoradas nos eixos: capacitação, mobilização, comunicação, articulação, intercâmbio de experiências e participação nos espaços de controle social e eram monitoradas, bimestralmente, em reuniões com facilitadores/as e educadores/as de Koinonia.

No contexto de realização do Curso de Agentes Culturais foi percebido que o público de terreiros de jovens em Salvador tinha outro perfil, pois não havia uma tradição dos terreiros de articulação de jovens e de processos formativos para fortalecer o protagonismo cidadão das juventudes. Por isso, o Curso em Salvador ocorreu apenas no primeiro ano e o resultado sugeriu modificações na forma de abordagem e na modalidade formativa. As juventudes das periferias dos terreiros Abassá de Ogum, Casa Branca, Manso Dandalunga, São Roque, Viva Deus Bisneto e outras casas aceitaram inicialmente o desafio de organizar novas modalidades formativas. Nos primeiros dois anos do projeto houve várias ações, dentre as quais um torneio de futebol pelos direitos dos jovens, promovido pelos jovens dos terreiros Abassá de Ogum e Manso Danda Lunga, na Estrada Velha do Aeroporto; a promoção de uma campanha: Agô, jovens de terreiro contra a intolerância religiosa, lançada durante o Seminário de Direitos de Juventude de Candomblé; oficinas sobre afirmação dos direitos socioambientais das juventudes; formação de jovens capoeiristas, no terreiro Viva Deus Bisneto, também capazes de fabricar berimbaus - uma arte política e de responsabilidade socioambiental.

A partir do terceiro ano, em Salvador, o Projeto foi se consolidando e as temáticas racismo ambiental, direito à cidade e políticas públicas voltadas para inclusão social passaram a fazer parte da agenda da juventude de terreiros, por meio de rodas de conversa, vivências nos terreiros, oficinas de arte-educação, seminários, articulação com órgãos públicos e campanhas educativas em escolas e redes sociais. Um processo educativo acompanhado, sistematicamente, pela equipe local do Projeto OD.

Nos municípios de Paulo Afonso e Delmiro Gouveia também foram feitas adaptações no decorrer do percurso formativo, para melhor atingir os grupos de jovens locais, que sempre foram diversificados. O Curso de Agentes Culturais foi se voltando para um público de lideranças dos grupos, onde os conteúdos foram se aproximando das ações interventivas que os jovens vinham desenvolvendo em suas organizações, a exemplo da participação da juventude nas políticas públicas e no Estatuto da Juventude - dado a inserção da juventude em diversos conselhos municipais e territoriais - e da questão da violência e extermínio da juventude, devido ao crescimento dos indicadores de homicídios na cidade de Delmiro. Outras iniciativas de formação e organização da juventude também foram se consolidando, a saber: intercâmbios entre as duas cidades para promoção de seminários e festivais; organização de oficinas e rodas de conversas nas periferias sobre acessibilidade, intolerância religiosa e racismo ambiental; cineclube nas praças; rodas de capoeira com debates temáticos. Enfim, as dimensões pedagógica, política, afetiva e de gestão trazidas da experiência de trabalho com jovens foram dialogando com as realidades locais e dando

Essa formação foi interessante porque foi buscando um jeito próprio. Somos muito diferentes aqui em Delmiro e vejo isso também em Paulo Afonso. A gente já desenvolvia vários trabalhos interessantes com jovens - na Garagem com o Hip Rock, na capoeira, nos conselhos, na igreja, aqui na Coppabacs [Cooperativa de Bancos Comunitários de Sementes], só que a gente não conversava e não se articulava. Essa formação não foi uma novidade, mas ela conseguiu o mérito de juntar coisas diferentes sem precisar colocar num "modelo". A gente troca, compartilha e passamos a ser mais atuantes nos conselhos e a pensar política. O que queremos para nossa cidade? (...) Pensava que Paulo Afonso era só "dança pela dança", mas observei que tem juventude ativa, com ideias na cabeça e que essa troca contribuiu.

ZENILTON ROCHA, 28 ANOS,
GARAGEM HIP ROCK,
DELMIRO GOUVEIA

oportunidade às juventudes, de diferentes maneiras, de se articularem e se perceberem como sujeitos coletivos e construtores da experiência.

No contexto das práticas pedagógicas, cabe ressaltar os instrumentos de comunicação que foram criados e alimentados pelos próprios jovens: o site e o blog “Mais Juventudes”, que se constituíram em canais de socialização das experiências e intercâmbios permanentes, e a “Campanha Agô” em Salvador, que utilizou as redes sociais para trabalhar o tema da intolerância religiosa. Os boletins institucionais - “Fala Egbé” e “Palavra de Jovem” - passaram a ser um mecanismo também de registro das ações e estímulo à participação.

Todo o processo educativo foi pensado, organizado e realizado pelos próprios jovens, pois a juventude envolvida diretamente no Projeto, mesmo organizando e desenvolvendo processos educativos em diferentes formatos, agregou forças e construiu ações reveladoras de possibilidades de mudanças de nível pessoal - concepções, atitudes e formas de vida - e de nível coletivo - projetos, formas de organização e metodologia de trabalho. Para tal, o eixo “Juventude e Direito à Cidade” foi o elemento articulador de mobilização social, expressão das identidades e articulação de parcerias.

A experiência também ganhou sentido como prática político-educativa porque se revestiu de um caráter social. O seu objetivo nasceu de uma intenção coletiva, provocando o trânsito de experiências isoladas nos grupos de jovens dos bairros para um movimento de afirmação de direitos. Portanto, o Curso de Agentes Culturais acabou sendo a semente geradora, que se transformou em uma proposta de capacitação com outros formatos e que desenhou novos caminhos metodológicos, permitindo aos jovens

e educadores/as criar, recriar e adaptar o modelo e os conteúdos para uma ação em rede, inovadora no jeito de fazer educação política.

No intento de reconstruir referenciais de organização política em torno da promoção de direitos de cidadania foi criado um desenho metodológico de trabalho com juventudes que favoreceu a abertura de novas dimensões do conhecimento sobre a realidade dos sujeitos - pessoas, grupos, organizações e movimentos - em contextos de vida e trabalho. Desse modo, a equipe de educadores/as trabalhou com uma concepção pedagógica de ação cultural enquanto espaço de múltiplos aprendizados, de diferentes caminhos que deságuam

numa complexa realidade, na tentativa de instaurar práticas pedagógicas que concebam, pratiquem e inovem no jeito de pensar, sentir e agir.

ORGANIZAÇÃO E LUTAS DAS JUVENTUDES

A experiência de trabalho educativo com a juventude das periferias de Delmiro, Paulo Afonso e Salvador revelou-se interessante pelas diversas possibilidades que indicou de reflexão e de mudanças nas práticas pedagógicas. Os dados da Pesquisa Participante e dos diagnósticos, as reflexões nos diversos espaços formativos,

as vivências, os intercâmbios, entre outras ações, forneceram elementos para diversas chaves de leitura sobre a realidade de como vivem os jovens, o que pensam e o que querem como cidadãos e, também, como favorecer ou fortalecer processos de organização e lutas das juventudes. Visões que muitas vezes se confrontaram com as leituras que os jovens e educadores/as que participam de movimentos sociais, ONGs e entidades de caráter religioso têm das juventudes, inclusive pelo fato de os jovens estarem pouco engajados na militância social como já estiveram no passado.

O resultado do conjunto de ações culturais realizadas pelas juventudes ao longo da experiência mostrou a criatividade, capacidade mobilizadora, desejo de mudança e diferentes formas de expressão organizativa das juventudes, que têm incidência na realidade e que nem sempre são consideradas quando debatemos sobre modelos de organização.

Os conteúdos temáticos relacionados aos públicos e à realidade local, trabalhados nas diferentes ações formativas - curso, campanhas, oficinas, vivências, grupos produtivos - combinados com a utilização de instrumentais pedagógicos, permitiram aos jovens refletir, exercitar, se apropriar e reelaborar estes mesmos instrumentos que serviam de ferramentas para implementação do próprio processo educativo e para as iniciativas de organização popular e produtiva.

Nessa perspectiva, cabe destacar como um grande aprendizado a metodologia utilizada que foi inovadora e permitiu visualizar resultados fundamentais, a saber:

- Construir um **modelo político-pedagógico de formação** para ação permanente. Um modelo que percebe o processo - diagnóstico, planejamento, ação, avaliação e celebração - e serve de subsídio para outras ações;
- Criar espaços e mecanismos para um **efeito multiplicador** da ação educativa, por meio de núcleos de jovens nos terreiros de candomblé, coletivo de grupos juvenis em Delmiro e Paulo Afonso, e intercâmbios de jovens das três cidades;
- Incentivar a **produção teórica e a reelaboração dos conteúdos e práticas**, exercitando assim a construção coletiva do saber;
- Exercitar **outras formas de linguagens**, como desenhos, danças, poesias, teatros, músicas, colagens e dinâmicas, sabendo que linguagem e realidade são coisas distintas, mas que se interpenetram, num movimento onde ritmos e símbolos dão sentido ao fazer educativo;
- Trabalhar a questão da **identidade juvenil**, numa relação de interação sujeito-realidade, indivíduo-coletivo, reconstruindo referenciais de identificação que animam e renovam as práticas cotidianas;
- Incentivar o **caráter lúdico e pedagógico das ações culturais** e a abertura aos diferentes setores juvenis, que configuram dimensões de uma nova prática e de um novo jeito de organizar a luta.

Gosto de afirmar os efeitos multiplicadores do Projeto e as incidências das juventudes nas políticas públicas, a partir dessa experiência. Destaco a capacidade da ação educativa de ir além do curso, possibilitando diversas articulações e diálogos. Aponta-se que, através da organização e realização do curso, os jovens têm participado de redes de articulação com outros jovens, da jornada latino-americana, da intervenção na Cúpula dos Povos e várias conferências de juventude, criança e adolescente. Mais jovens estão participando e intervindo em conselhos consultivos e deliberativos, no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), associações comunitárias, grupos de jovens, fóruns, congressos, Secretarias de Juventude, movimentos sociais, ingresso em faculdades e universidades, mercado de trabalho, articulando, mobilizando e cobrando do poder público que as políticas públicas de qualidade sejam asseguradas. Possibilitou, ainda, ampliação da capacidade crítica e conhecimento dos direitos humanos e autorreconhecimento e valorização da identidade.

COSMO SOARES, 21 ANOS, LÍDER DO MAC, CURSISTA

A forma que o processo educativo foi desenvolvido fez a diferença. Juventude gosta de gente perto, olhando nos olhos e sendo ouvida, é preciso apostar, acreditar, estimular, dizer que é capaz, que todos conseguem até a pessoa acreditar em si mesma e ir à luta, perceber que é importante no processo e querer fazer a diferença, ser a diferença, querer o melhor pra sua vida e da comunidade, ter a sensibilidade humana, se indignar com as mazelas sociais e lutar por um mundo melhor. Isso é o que faz a diferença no curso de Agentes Culturais Jovens, porque o mesmo proporciona espaço, onde os jovens dizem o que pensam, o que lhe diz respeito, discutem sobre as diversas temáticas, dentre elas: o sociocultural, as justiças climáticas, as tecnologias, as intolerâncias religiosa e sexual, a inclusão social, o protagonismo juvenil, direitos humanos, dentre outras que geram ações culturais planejadas e realizadas pelos próprios jovens agentes multiplicadores.

QUITÉRIA GONÇALVES, 23 ANOS, DELMIRO GOUVEIA

ATTITUDES POSITIVAS E DE RESISTÊNCIA

Enquanto resultados mais amplos do Projeto OD, destacam-se os **aprendizados nos aspectos organizativos** que as ações culturais provocaram na própria juventude e/ou nos bairros em que vivem. O fato de os jovens assumirem a tarefa de realizar uma atividade na localidade constituiu-se um diferencial do processo de capacitação. A perspectiva político-pedagógica assumida foi a de que a formação deve servir para organizar melhor a luta. Neste viés de leitura, cabe mencionar os **resultados** indicados pelos jovens, durante o Encontro 2013:

- Fortalecer o propósito de que a formação não devia se resumir a um curso, oficina ou uma vivência e sim em um processo que motivasse a luta em torno dos direitos juvenis e a uma cidade sustentável;
- Conseguir mobilizar novos públicos jovens, para **inserção nos espaços de formulação e controle social**, uma vez que as ações formativas e organizativas abordaram temáticas essenciais como: políticas públicas de saúde, segurança, cultura e lazer, meio ambiente, educação e geração de renda, da mesma forma que provocaram a criação de novos grupos de luta por direitos da juventude. E, ainda, as ações favoreceram o crescimento da participação de jovens em conselhos de gestão de políticas públicas, conferências e redes que buscam incidir sobre as políticas sociais;

- O **surgimento de novas lideranças jovens** que se engajaram nas entidades e movimentos sociais e outros que, motivados pelas ações do projeto, criaram suas próprias formas de organização;
- Introduzir e reforçar a reflexão e as práticas sobre a **intolerância religiosa**, provocando a quebra de preconceitos e fortalecimento de valores libertários;
- A **abordagem de temáticas e problemáticas que são inerentes à vida da juventude** e dos diversos atores sociais das cidades: violência urbana, com ênfase para as questões relativas ao extermínio da juventude; drogas e narcotráfico; a escassez da água e a degradação ambiental; desemprego; acessibilidade como direito; intolerância religiosa; relação movimentos sociais e poder local. Tais abordagens foram feitas com leveza e considerando os elementos das realidades locais, de forma a **criar atitudes positivas e de resistência** para enfrentamento dos problemas. Como frutos surgiram várias iniciativas organizativas, onde os agentes culturais foram os motivadores.

As aprendizagens e resultados são reforçados nas falas e depoimentos apresentadas ao longo deste texto. Esses depoimentos sobre a vivência no Projeto também revelam que, para além dos resultados políticos, pedagógicos e organizativos, a experiência assumiu significados subjetivos na vida dos participantes, reforçando as utopias e esperanças por um mundo mais justo.

Do ponto de vista institucional, a experiência com o Projeto OD possibilitou enfrentar alguns desafios internos em termos de concepção, estratégia de trabalho com juventude e conteúdos dos processos formativos. Questões que se transformaram em aprendizados para a equipe de educadores/as e gestores/as do projeto. De fato, o processo educativo com jovens urbanos estimulou a questionar a própria proposta de formação enquanto modelo para todas as cidades, instigando a mudar os formatos, a rever a constituição da equipe de facilitadores/apoiadores e a aprofundar a relação saber-poder para melhor desenvolver uma aprendizagem significativa sobre a metodologia da educação e do trabalho popular.

DIFICULDADES, LIMITES, DESAFIOS E ESPERANÇAS

O desenvolvimento do Projeto OD e as escolhas feitas durante o percurso revelaram-se em inúmeros descaminhos, com readequações sequenciadas dos tempos de trabalho, da equipe de educadores/as e apoiadores/as, da lógica metodológica, dos custos, entre outras questões, que acompanhou Koinonia até o final da experiência. Porém, o pressuposto que fundamentou a proposta de trabalho foi o de que a experiência anterior vivenciada com juventude rural demonstrava que, independente dos caminhos trilhados no processo educativo, este é construído por aprendizados, dissonâncias, significados e conflitos, que repercutem em nossas práticas e atitudes. Questões que remetem à compreensão de mundo que poderiam ser debatidas e aprofundadas com outros jovens, que tinham outras vivências e experiências e poderiam compartilhá-las e complementá-las durante o desenvolvimento do projeto.

No período de realização do Projeto houve mudanças sucessivas dos facilitadores/apoiadores nas cidades de Salvador e Paulo Afonso, o que se apresentou como um limite constante para a equipe gestora do Projeto. Quando o trabalho nas cidades citadas se consolidou teve mudança na equipe de facilitadores em Delmiro, o que provocou descontinuidade, redimensionamento das ações e não alcance de alguns objetivos. Enfim, apesar das permanentes mudanças, a experiência teve a favor a persistência dos/as jovens, a solidariedade dos/as educadores/as para não desistir e enfrentar as agonias que pulam no caminho, a humildade institucional para acolher as divergências e a intuição para alargar os horizontes e a celebração das conquistas.

O projeto teve um significado importante na vida de cada um, pois tivemos a oportunidade de conhecer outras culturas, lugares e costumes. Sem contar com a rica troca de experiências com pessoas da nossa idade que têm também a mesma visão da realidade atual que vivemos. Foi muito gratificante poder conhecer cada projeto, cada atividade e poder enxergar além da realidade em nosso bairro e na nossa cidade (...). Tenho certeza que as mudanças nas nossas vidas e também de outros jovens que participaram do projeto foram total, na vida social, política e cultural. Hoje posso discutir um determinado tema que foi desenvolvido e consigo refletir e multiplicar com os outros jovens. Os nossos jovens multiplicadores vêm contribuindo para as mudanças na sua vida, na vida do seu grupo de amigos e na sua família, nas mais variadas circunstâncias (...). Desejo ver um mundo melhor, mais fraternal, em que as pessoas não queiram descobrir os defeitos das outras, mas, sim, que tenham prazer de ajudar o outro, multiplicar o que foi multiplicado. Hoje sei que sou uma jovem diferenciada e os/as educadores/as de Koinonia sabem como eu era e como sou hoje, depois desse grandioso projeto no qual fiz parte!

EMANUELLE MEDEIROS, 16 ANOS,
FACILITADODORA, PAULO AFONSO

O projeto lidou, ainda, com o desafio de trabalhar a temática do racismo ambiental, com um público muito jovem e sem acúmulo de vivências, o que dificultou garantir os impactos delineados para o projeto em relação à questão ambiental. Contudo, foi possível despertar a reflexão e estimular processos organizativos em torno dessa problemática, indicando possibilidades futuras e novas dimensões do conhecimento, onde a própria juventude pode ser protagonista.

A experiência nos coloca atentos à construção de referências que podem nortear novas práticas, com o desafio de não tutelação das organizações juvenis e pessoas que compõem a experiência, pois as juventudes podem ocupar diferentes lugares, em diversos momentos, com intervenções que incidam sobre as políticas públicas e a promoção de direitos.

O projeto foi um divisor de águas na minha vida, eu descobri que as minhas inquietações e questionamentos eram minha militância a florando, o projeto deu nome a processos que já praticava e isso significou bastante para mim, assim como para outros jovens que passavam pela mesma situação. Obter consciência dos processos sociais e políticos das nossas comunidades foi bastante inovador para nós e poder intervir então, é fascinante. (...) Os efeitos mais significativos do projeto foram nas pessoas, mas começamos a entender que são essas pessoas que fazem seus locais e então percebemos que as mudanças nas nossas comunidades também foram bastante significativas. As atividades do projeto e a possibilidade de estar em contato com outros jovens, trocar saberes e conhecer suas realidades foram fundamentais em meu processo de amadurecimento e no amadurecimento de tantos outros jovens que por ele passaram.

NAIRA SOARES, 18 ANOS, FACILITADORA, SALVADOR



Jovens OD/Koinonia de Salvador, Paulo Afonso e Delmiro Gouveia

NOTA

1. O TRD aglutinava lideranças jovens de 13 municípios dos estados de Pernambuco e da Bahia na região do Submédio São Francisco e 12 municípios do Sertão de Alagoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IULIANELLI, Jorge Atilio (org). *Cartilha do Curso Formação de Agentes Culturais Jovens*. Rio de Janeiro: Koinonia, 2012.

SILVA, Quitéria Maria Ferreira. *Nas margens do velho chico: tu lembra que eu conto: uma breve sistematização do processo educativo com jovens no sertão de Alagoas*. Koinonia, 2013 (mimeo).

KOINONIA. *Relatório do Encontro de Agentes Culturais Jovens*, 2012.

KOINONIA. *Relatório do Encontro de Agentes Culturais Jovens*, 2013.

Juventudes **E AS NOVAS TECNOLOGIAS**

COMO OS JOVENS DA REDE
DE CORRESPONDENTES
DO VIVA FAVELA MOSTRAM
SUAS NARRATIVAS

POR **VIVA FAVELA**



Os últimos cinco anos contaram com mudanças significativas em vários cenários no Brasil. Para as juventudes, principalmente as que vivem nas favelas e periferias, um dos progressos que mais contribuiu para o desenvolvimento destas comunidades foi a democratização do acesso à internet. A chegada da banda larga e outros meios de se conectar à rede criaram novas possibilidades de mobilização e participação política destes jovens, que antes dependiam de organizações institucionalizadas para trazer à tona suas demandas.

O Viva Favela nasceu em 2001 justamente como uma plataforma para reunir as questões que viessem diretamente dos moradores de favelas. Estes moradores não queriam mais ver suas comunidades serem representadas segundo os estereótipos da mídia tradicional, que costumava tratar destas localidades apenas como espaços de violência ou extrema pobreza. O portal vivafavela.com passou a ser uma alternativa para que estes moradores pudessem mostrar suas próprias narrativas e apresentar outras perspectivas de seus locais de moradia. Em quase 15 anos de atuação, o Viva Favela foi se adequando às novas realidades, tanto em relação às mudanças ocorridas na cidade, quanto no desenvolvimento das novas tecnologias.

Oficina de correspondentes
comunitários



FOTO: BANCO DE IMAGENS DO VIVA FAVELA



MUDANÇAS NO CENÁRIO A PARTIR DAS NOVAS TECNOLOGIAS

No início do projeto, a maior parte da rede de correspondentes dependia de *lan houses* para acessar a internet e colocar suas reportagens na rede, além de precisar de equipamentos fotográficos emprestados para fazerem seus registros. O poder da *word wide web* para as favelas, embora tenha começado a ganhar visibilidade nesta época, ainda dependia deste tipo de mediação.

O avanço das novas tecnologias de informação e comunicação diminuiu estas barreiras e entre 2006 e 2008 a juventude de favelas já começava a adquirir seus próprios computadores e equipamentos fotográficos. Esta nova etapa também foi motivada por uma mudança no acesso ao crédito, que facilitou a compra destes aparelhos. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Favela, divulgada em 2014, revela que o Produto Interno Bruto (PIB) das favelas do Brasil chega a 63 bilhões de reais, equivalente aos PIBs da Bolívia e Paraguai. A pesquisa revela ainda que em 2013, 1,7 milhão de moradores de favelas planejavam adquirir um notebook nos próximos 12 meses, enquanto 1,2 milhão fazia planos para adquirir um tablet no mesmo período.

Estes aparelhos são, junto com os smartphones, os principais dispositivos utilizados pelos jovens para acessar a internet. Através deles, os jovens se organizam, se mobilizam, protestam e fortalecem suas redes.

RIO DE JANEIRO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

No Rio de Janeiro, a diferença no panorama das juventudes está relacionada às mudanças que a cidade passou nos últimos anos depois de ser escolhida como sede de dois megaeventos - a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Estas foram as principais motivações para que a cidade sofresse alterações profundas no rumo de suas políticas públicas. Entre elas, o programa das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) se destaca. Hoje é

possível concluir que o programa não se estabeleceu da forma como deveria, já que os programas sociais, que eram parte do projeto original, não chegaram. Nas 38 favelas ocupadas hoje pela polícia, os índices de vulnerabilidade econômica e social continuam altos.

O caso Amarildo, ocorrido em 2013, ilustra a situação a que estas comunidades estão submetidas. O ajudante de pedreiro foi torturado e morto por policiais da UPP da Rocinha e seu corpo até hoje não foi encontrado. Os desaparecimentos de pessoas e mortes em decorrência de ação policial passaram a ser uma prática corriqueira depois da instalação das bases da polícia nas favelas e até hoje o governo ainda não concentrou seus esforços para sanar este problema.

A reforma urbana para o projeto “Rio Cidade Olímpica” também afetou diretamente os moradores de algumas áreas da cidade. A expansão da linha do metrô, a criação do sistema de BRT (Transporte Rápido por Ônibus), a extinção de linhas de ônibus ou mudanças no itinerário, o projeto Porto Maravilha, entre outros, são pautas que estão na ordem do dia desde o início destas obras, em 2009.

Essas e outras mudanças têm sido acompanhadas diretamente pelo Viva Favela, seja através do grupo de correspondentes ou através da equipe de reportagem. Como um veículo que oferece uma alternativa às narrativas, o Viva Favela acompanhou as manifestações, o caso Amarildo, as remoções, as obras para o projeto olímpico. Estas abordagens foram postas em prática em forma de matérias, ensaios fotográficos ou na promoção de discussões temáticas, já que muitos jovens que atuam no projeto foram diretamente afetados.



FOTO: BANCO DE IMAGENS DO VIVA FAVELA

“Pesquisa revela que em 2013, 1,7 milhão de moradores de favelas planejavam adquirir um notebook e 1,2 milhão fazia planos para adquirir um tablet nos próximos 12 meses”



Oficina de correspondentes

“Os jovens que estiveram no processo desde o início destacam que o site 2.0 funcionou como um catalisador pra que grupos locais se organizassem em coletivos de mídia”

METODOLOGIA VIVA FAVELA

Desde o começo, o Viva Favela trabalha com metodologias inovadoras, mas que são acessíveis o suficiente para captar a atenção e interesse dos jovens, procurando estar sempre alinhadas com a realidade destas pessoas. Como um veículo de mídia, uma das premissas é que a notícia esteja em primeiro lugar, desde que ela surja “de dentro para fora” das comunidades e que múltiplas possibilidades narrativas sejam contempladas - como fotos, vídeos, reportagens em texto, áudios etc. Além da linguagem clara, o portal é um canal aberto onde os moradores de favelas podem contar suas histórias.

Há cinco anos a versão 2.0 do site foi inaugurada. Nela, qualquer correspondente de qualquer lugar do Brasil poderia postar sua reportagem e, através de votações, estes conteúdos ganhavam mais ou menos destaque na página inicial. Este modelo funcionou bastante em uma época onde as redes sociais estavam explodindo no Brasil e a demanda por interatividade começava a ficar mais urgente.

Correspondentes de periferias de vários estados do país participaram ativamente deste modelo de comunicação colaborativa. Este terreno foi propício para que em 2011 acontecesse o Primeiro Encontro Nacional de Correspondentes do Viva Favela, no Rio de Janeiro. Este encontro foi fundamental para compreender as questões das diferentes favelas do país e abrir um diálogo interregional sobre os problemas e características de cada cidade.

MUDANÇAS NO PARADIGMA

Esta iniciativa, como quase todas do Viva Favela, foi pensada por todos os membros que fazem o projeto acontecer, inclusive os correspondentes. Os jovens que estiveram no processo desde o início destacam que o site 2.0 funcionou como um catalisador pra que grupos locais se organizassem em coletivos de mídia. O conteúdo produzido por estes grupos, a princípio, era compartilhado através do site do Viva Favela e depois passou a ganhar mais espaço nas redes sociais, primeiramente no Orkut, e depois migraram para o Facebook e Youtube.

As oficinas de comunicação comunitária, que também acompanham o Viva Favela desde que ele foi lançado, funcionam como um dispositivo para pensar no modelo de comunicação tradicional e criar fórmulas para dar visibilidade a outros tipos de conteúdo. Até 2012 estas oficinas aconteciam na sede do projeto, mas no ano seguinte elas ganharam as ruas e a metodologia também acompanhou esta alteração. As aulas que anteriormente duravam quase um semestre, ganharam um modelo mais enxuto, com três semanas de curso intensivo e mais adequado à nova realidade da internet. O Programa de Formação de Correspondentes Comunitários Multimídia (PFCCM) passou a preparar os alunos para identificar uma pauta, fotografá-la e compartilhar diretamente no site. Em 2013, 170 jovens participaram do processo; em 2014, 232.

O modelo de atuação do Viva Favela inspirou outros projetos que hoje são sucesso na mídia tradicional, como o **Parceiros do RJ**, **Você no G1** e **Eu Repórter**, além de ter sido o primeiro passo para alguns jornais comunitários que estão em circulação até hoje.

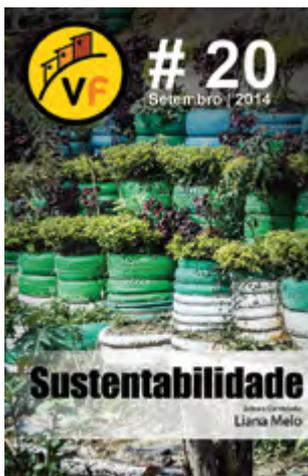
A versão atual do site também foi construída colaborativamente com os correspondentes. O pedido veio justamente deles, que não se identificavam mais com o layout e categorias do portal. Promovemos encontros de *brainstorm* e o desenho foi construído totalmente alinhado com a proposta das novas ferramentas sociais disponíveis, como Facebook, Instagram e Youtube, além de ter espaço para participação direta da população através de enquetes e envio direto de conteúdos.

JOVENS PROMOTORES DA MUDANÇA

A tendência de crescimento econômico e o maior ingresso de jovens pobres nas universidades, através de programas de incentivo, colaborou para que um novo paradigma dentro da comunicação começasse a ganhar corpo. Hoje é cada vez mais evidente que a mídia hegemônica vem perdendo força diante do entusiasmo de veículos alternativos que propõem debates mais honestos sobre temas ligados diretamente às favelas.

Estes jovens passaram a se organizar em coletivos e fazer denúncias e mobilizações virtuais, que rapidamente ganharam as ruas. A maior necessidade de participar diretamente nas decisões da cidade também desembocou em projetos como

FOTOS: BANCO DE IMAGENS DO VIVA FAVELA



De cima para baixo: no debate sobre as UPPs, na primeira edição do *Diálogos Viva Favela*, participante faz pergunta para a mesa; capas da revista *Viva Favela*; participantes da edição do *Diálogos* que discutiu os Coletivos

“A ocupação maior dos territórios, como praças, praias e outros espaços públicos também faz parte deste mote da juventude que agora não precisa mais de intermediários para discutir seus problemas”

Meu Rio, Conselho de Juventude da Cidade e Casa Fluminense, por exemplo. Eles funcionam como plataformas de mobilização e participação direta de jovens de diversas partes da cidade para colocarem suas propostas, denúncias e exigências na rede e pressionar as autoridades sobre as questões.

A ocupação maior dos territórios, como praças, praias e outros espaços públicos também faz parte deste mote da juventude que agora não precisa mais de intermediários para discutir seus problemas.

Neste ensejo, o Viva Favela criou a Revista Viva Favela, publicação virtual disponibilizada a cada dois meses e cuja proposta era discutir temas relevantes para estes grupos de pessoas. A revista teve 22 edições, que discutiram temas desde homossexualidade, passando por sustentabilidade, mobilidade urbana, sem deixar de lado a pacificação. A produção de conteúdo ficava a cargo dos correspondentes. A edição era feita sempre por um convidado

especializado no tema e as reuniões de pauta eram feitas através de conferências online. A publicação virtual até hoje é um dos maiores fluxos de acesso do site.

Em 2015 a Revista foi substituída pelos **Diálogos**, cuja proposta também é discutir um tema pertinente às favelas, mas com um modelo mais aberto e participativo. Assim como a Revista, o tema do **Diálogos** é escolhido em parceria com os correspondentes e o evento acontece a cada dois meses na sede do projeto. Ele é transmitido ao vivo via internet e abre espaço para intervenções online. Depois disso, o material vira uma matéria com um resumo com os principais pontos, além do vídeo na íntegra ficar disponível no Youtube.

Mesmo com poucas edições, o **Diálogos** já se estabeleceu como uma das principais atividades do Viva Favela. É também uma via de participação do projeto nas discussões sobre as questões da cidade. Pesquisadores de dentro e fora do Brasil têm nos procurado para conhecer a metodologia e propor parcerias e conhecer nossa atuação em campo.

O ano de 2015 foi muito relevante para novas abordagens do Viva Favela. Além dos **Diálogos**, também começamos a promover outras ações para nos aproximarmos ainda mais do cotidiano das favelas. Uma delas é o **Rolé**, uma intervenção direta da equipe do Viva Favela nos territórios, que consiste em uma visita onde o principal objetivo é conhecer o local, conversar com moradores e conseguir novos correspondentes. A outra é o **Cine Favela**, cuja principal proposta é apresentar um filme que mostre algum aspecto interessante sobre as favelas e trazer o realizador ou o diretor do produto para discutir com o público, tanto sobre o conteúdo do filme quanto sobre o processo de realização dele.



À direita, *Rolé Viva Favela* em Jardim Catarina, São Gonçalo; abaixo, edição do *Cine Favela* que aconteceu na Favela do Quiririm, em Jacarepaguá



FOTOS: BANCO DE IMAGENS DO VIVA FAVELA

PRINCIPAIS DIFICULDADES

Assim como as redes sociais ajudaram o Viva Favela a se desenvolver como um portal de notícias relevante, elas também contribuíram para o afastamento de parte do público que participava do projeto por outras vias. Com o crescimento das possibilidades dentro da rede, o Viva Favela se fixou neste terreno e deixou de marcar presença fora dela. Os conteúdos, eventos, mobilizações e chamadas passaram a ser distribuídos apenas online. Os jovens, sem dúvida, atravessaram esta fase sem grandes dificuldades, já os adultos, que participaram das primeiras fases do Viva Favela e que não se adequaram tão bem assim às tecnologias, acabaram, muitas vezes, ficando de fora dos processos.

A virada do site 2.0 para a versão atual também deixou alguns correspondentes no meio do caminho. Os conteúdos que antes eles postavam diretamente em nosso canal passaram a ser editados por um profissional de comunicação, o que deixou muitos deles desmotivados. Ao mesmo tempo, um novo grupo se adaptou rapidamente à nova metodologia e passou a colaborar regularmente.

GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA, VIOLÊNCIA E MOBILIDADE

O principal público alvo do Viva Favela, que são jovens negros de favela, figura entre a população que vive com altos índices de vulnerabilidade social e não conta com políticas públicas direcionadas. Um relatório da Anistia Internacional, divulgado no ano passado, aponta que dos 56 mil homicídios que aconteceram em 2012 no Brasil, 30 mil eram de jovens entre 15 e 29 anos e, desse total, 77% são negros. Conhecendo estes números, temos trabalhado para priorizar este público nas ações do projeto e dar o máximo de visibilidade ao tema.

Outra reivindicação dos jovens que participam do projeto é que ele não garante uma renda fixa para quem participa deles. Embora as reportagens sejam remuneradas, o mercado formal ainda oferece melhores oportunidades financeiras para

FOTOS: BANCO DE IMAGENS DO VIVA FAVELA



De cima para baixo: turma do *Programa de Formação do Complexo do Alemão*; turma de Nilópolis, uma das primeiras fora do município a receber o *Programa de Formação do Viva Favela*; alunos do *Programa de Formação da Penha*. Na página ao lado; alunos da oficina de Irajá participando das aulas de fotografia do *Programa de Formação*



estes jovens que, ao entrarem para o mundo do trabalho, acabam não tendo mais tempo para se dedicar às atividades promovidas pelo Viva Favela. Nos últimos cinco anos já tivemos alguns jovens que participaram das oficinas do projeto integrados na equipe.

A violência e a guerra às drogas também são um incapacitante, uma vez que áreas deflagradas acabam sendo perigosas até mesmo para os moradores, que temem sofrer retaliações da polícia ou dos traficantes caso produzam reportagens relatando seu dia a dia. Mesmo a circulação da equipe por estes territórios fica comprometida, já que nem sempre é seguro circular por estas áreas sem a companhia de um articulador local.

Apesar deste contexto específico, alguns coletivos de mídia têm sido corajosos e compartilhado denúncias sobre violência policial nas redes sociais. O **Coletivo Papo Reto**, no Complexo do Alemão e o **Maré Vive**, da Maré, se destacam neste meio somando milhões de “curtidas” em suas páginas.

“Um dos maiores desafios do Viva Favela para o futuro é se manter ativo, jovem e relevante para as periferias”

Por último, o preço das passagens, um dos fatores que desencadearam os protestos de 2013, também afeta significativamente na emancipação do projeto. O custo para circular pela cidade é muito alto, além das integrações dos transportes públicos não funcionarem plenamente. Até mesmo vir à sede do projeto, na Zona Sul da cidade, para participar das atividades que acontecem no local, pode ser complicado quando o jovem não recebe um subsídio.

DESAFIOS PARA O FUTURO

Sempre que o Viva Favela é questionado sobre o que ele pensa sobre seu futuro, a resposta é direta. A esperança é que em pelo menos uma década ele não precise mais existir. Pelo menos não neste formato.

Com o avanço cada vez maior das possibilidades de tecer sua própria teia comunicativa, os jovens do futuro não precisarão mais de intermediações e muito menos de veículos específicos para colocarem seus pensamentos para fora. Isso já acontece hoje em dia, mas ainda desempenhamos um papel na “credibilização” destes conteúdos.

Outro desafio é encontrar financiamento para manter o trabalho funcionando. Os modelos de patrocínio ativos hoje em dia estão com sua fórmula perto de um esgotamento e mesmo os financiamentos coletivos, que possibilitaram que muitas iniciativas tivessem sucesso, também não tem mais o mesmo apelo.

De acordo com os jovens, outro desafio é estender o olhar sobre a cidade do Rio, que ainda hoje é muito limitado à metrópole e, além disso, encontrar mecanismos eficazes de participação nas decisões políticas do Estado. Para eles, ter um site onde os governantes disponibilizam os gastos não é o suficiente. Esta juventude tem uma enorme demanda em construir as políticas, e não necessariamente só as que se aplicam a este público.

Além disso, um dos maiores desafios do Viva Favela para o futuro é se manter ativo, jovem e relevante para as periferias. Expandir sua atuação não só para outros municípios dentro do Estado, mas também para outras periferias do Brasil, como já fizemos outrora, também é uma das metas para os próximos anos.





Direitos juvenis EM DISPUTA

A CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO E DE ARTICULAÇÃO DA JUVENTUDE NA PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

POR **MARIA VIRGÍNIA FREITAS** (AÇÃO EDUCATIVA)

Em 2010, por meio da PEC da Juventude (Proposta de Emenda Constitucional), o termo “jovem” foi inserido na Constituição Brasileira, responsabilizando o Estado pela garantia de uma série de direitos a esses sujeitos. Em agosto de 2013 foi sancionado o Estatuto da Juventude, dispondo sobre “os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude”. Como se vê, é bastante recente o reconhecimento por parte do Estado de que os jovens constituem-se como sujeitos de direitos específicos.

Esse reconhecimento é fruto de um longo processo de disputa em torno do sentido das políticas dirigidas aos jovens. Disputa essa que não se encerra com a aprovação dos textos legais. Outras concepções continuam presentes. Grande parte das iniciativas dirigidas a jovens restringe-se ou se estrutura a partir de ações de formação, uma vez que permanece forte a percepção da juventude como período preparatório para a vida adulta, onde a noção de juventude praticamente coincide com a de estudante. Simultaneamente, a percepção da juventude como uma etapa problemática, na qual os jovens estão mais sujeitos a riscos e/ou apresentam risco potencial para a sociedade, dão origem a ações de caráter mais focalizado, que se voltam especialmente aos comprometimentos dos jovens.

Diferentemente, a noção de jovens como sujeitos de direitos fundamenta-se no reconhecimento de que a juventude é singular e diversa, de que a condição juvenil é marcada pela intersecção entre a etapa do ciclo de vida e o contexto sócio-histórico.

Se o período da juventude é marcado intensamente pela realização de escolhas e definições na construção de uma trajetória de inserção, autonomia e participação, é certo que o momento histórico, as condições socioeconômicas, culturais, raciais, de gênero e sexualidade vão oferecer elementos variados a serem equacionados pelos indivíduos, seja na dimensão do tempo presente, seja na que se volta ao futuro, à inserção na vida adulta. A juventude diferencia-se de outros momentos do ciclo de vida, e a geração jovem atual diferencia-se de todas as outras gerações jovens pois vivencia questões que são desta conjuntura histórica. Ao mesmo tempo, as diferenças e desigualdades internas - especialmente as de renda, raça, gênero e orientação sexual - resultam em diferentes formas de ser jovem.

EMANCIPAÇÃO JOVEM

O Estatuto da Juventude reconhece a singularidade e a diversidade da condição juvenil. Ali se condensam pautas e concepções que vêm há tempos sendo construídas por movimentos juvenis, pesquisadores e organizações que atuam na temática.

O primeiro princípio das políticas públicas de juventude, ali afirmado, é o da promoção da autonomia e emancipação dos jovens - reconhecendo porém, no caso dos adolescentes de 15 a 18 anos, a primazia do princípio da proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Afirma-se também, entre outros, os princípios do reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; do respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; da promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; da valorização e

"As diferenças e desigualdades internas - especialmente as de renda, raça, gênero e orientação sexual - resultam em diferentes formas de ser jovem"

promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações.

A promoção da experimentação como diretriz das políticas merece ser destacada e se fundamenta no reconhecimento de que quanto mais ricas e diversas as vivências juvenis, melhores recursos terão os e as jovens para processar suas escolhas e definições.

Vale destacar que a primeira seção dedica-se aos temas da Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil, e ali se afirma o direito dos jovens à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude - demanda mais amplamente expressa por diferentes movimentos e grupos juvenis que vêm incidindo na constituição da institucionalidade das políticas de juventude.

Mas tais atores trouxeram, também, suas agendas mais específicas, abarcando uma grande variedade de questões. Assim, no Estatuto, os direitos reconhecidos aos jovens distribuem-se em torno de 11 temas - indo muito além do direito à educação, tradicionalmente reconhecido como o direito dos jovens por excelência.

E, ao lado de direitos já reconhecidos em outros textos legais, novos direitos são afirmados, procurando responder a novas questões e demandas, trazidas ao espaço público pelos jovens. É assim que se registram: o direito ao ensino superior; a garantia, aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública, do acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas; o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social; o direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades; o direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens

e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social; o direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

POLÍTICAS PÚBLICAS

O reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, por parte do Estado, é consagrado pelo Estatuto, mas certamente não é por ele inaugurado. Por meio da participação de grupos, organizações e movimentos de juventude, algumas importantes iniciativas já vêm buscando sua efetivação.

Um marco entre as políticas públicas de juventude, o Programa de Valorização das Iniciativas Culturais (VAI), criado em 2003 na cidade de São Paulo, se constitui num exemplo interessante de aposta no diálogo com jovens e na autonomia juvenil. O Programa VAI apoia financeiramente, por meio de edital, projetos culturais de grupos e coletivos formados por jovens, dando prioridade a iniciativas situadas na periferia da cidade. Sua origem se deu entre 2001 e 2002 na Câmara Municipal de São Paulo, quando uma comissão parlamentar com foco na juventude abriu um debate com jovens paulistanos, sobretudo os periféricos, a respeito de suas demandas. A partir desses encontros se definiu uma proposta que se tornou lei, e que chama a atenção por possibilitar que centenas de grupos e coletivos juvenis tenham tido acesso a até 20 mil reais para realizar ações culturais, sem a necessidade de uma instituição formalizada.

O enorme sucesso da política, confirmado ao longo dos mais de dez anos nos quais ela vem sendo implantada, está profundamente relacionado a uma visão de gestão pública que reconhece esses jovens como produtores culturais e a responsabilidade do Estado de promover o direito à cultura para esse segmento. Nesse período, os jovens produtores culturais criaram conexões e formas de colaboração e vêm demandando do Estado, por meio de manifestos, intervenções e redes organizadas, o aperfeiçoamento das políticas públicas nesse campo, tendo conquistado, inclusive, a ampliação do Programa VAI.



FOTO: GABRIEL DI FERRO

No campo do trabalho, destaca-se o processo de construção da Agenda Nacional e do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, sob responsabilidade do Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude, que reconhece a especificidade da situação dos e das jovens no mercado de trabalho e se desenvolve com a participação de jovens – seja por meio de representantes das centrais sindicais, seja por meio de representantes do Conjuve (Conselho Nacional de Juventude).

O Programa Juventude Viva, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, responde ao problema da violência letal que atinge a juventude negra no Brasil, por meio da articulação, em determinados territórios, de um conjunto de políticas públicas de caráter preventivo, dirigidas a esse público prioritário. Apesar dos limites no seu desenho e implantação, o Juventude Viva traz aspectos importantes no que diz respeito à sua formulação. Primeiro, ele resulta de uma demanda que veio com força dos movimentos sociais, a partir de uma articulação do movimento negro – tendo como referência o Encontro Nacional de Juventudes Negras (ENJUNE) de 2007. A demanda de combate ao genocídio da juventude ne-



À esquerda, formação “Tô no Rumo” (sobre orientação e escolha profissional) para educadores; abaixo, audiência pública sobre política cultural para jovens da periferia

FOTO: GABRIEL DI PERRO



“O debate em torno da proposta de redução da maioria penal, que vem acompanhado de um discurso muito negativo e estigmatizante dos jovens brasileiros, voltou à tona a partir de um Congresso Nacional com perfil conservador”

gra chega então com força nos espaços institucionais de participação, tendo forte impacto nas conferências nacionais de juventude de 2008 e 2011.

Além disso, o Juventude Viva implica no reconhecimento, pelo Estado, da violência institucional por ele perpetrada, e da dimensão racial dessa violência. Assim, abre caminho para que as políticas de segurança pública, a polícia e todo o sistema de justiça venham a ser revistos, de modo a promover o direito à vida de jovens negros e negras. Mesmo que hoje estejamos bastante distantes dessa realidade, e que o alcance do Programa seja ainda limitado, trata-se de um ganho, considerando os enormes desafios envolvidos.

DISPUTAS

Como já afirmamos, apesar da aposta na promoção de direitos da juventude ter ganho força em espaços acadêmicos, de governo e na sociedade civil, a disputa é intensa nesse campo. Um exemplo bastante evidente é o debate em torno da proposta de redução da maioria penal, que vem acompanhado de um discurso muito negativo e estigmatizante dos jovens brasileiros e que agora voltou à tona a partir de um Congresso Nacional com perfil conservador. A redução da maioria se torna uma ameaça real num cenário de retrocesso no campo dos direitos humanos, mas sempre esteve presente, dialogando com outras questões do campo

da segurança pública, como o encarceramento em massa e a violência policial. Isso aponta para um contexto de permanente tensão social, que guarda muita relação com questões de classe, raça e gênero, e com a marcante desigualdade social brasileira.

Mas a juventude cria as formas mais variadas para marcar posição nos debates políticos e defender suas agendas. Antes e depois de junho de 2013 vimos emergir muitas iniciativas interessantes, por meio de diferentes atores: os coletivos culturais das periferias, as Marchas das Vadias e os protestos liderados por jovens mulheres, as iniciativas da juventude negra e LGBT, o Levante Popular da Juventude, entre outros, que questionam e renovam as estratégias e os modos mais tradicionais de organização. A juventude não se apresenta apenas como beneficiária ou público alvo de políticas públicas, mas também como demandante e construtora destas, tendo a sua capacidade de organização um grande impacto na vida social do país.

Manifestação em
junho de 2013

PAÍS
MUDO
NÃO MUDA

Juventude *e o direito* **À CIDADE**



**A PARTIR DA EXPERIMENTAÇÃO
DAS DESIGUALDADES,
A JUVENTUDE ORGANIZA,
CONSTRÓI E TRANSFORMA
O ESPAÇO URBANO EM
TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA**

**POR DEBORA DANTAS PIO (VIVA FAVELA),
LETICIA MAIONE E MARINA RIBEIRO (IBASE)**

Que cidade queremos? Esta parece uma pergunta simples de responder: queremos uma cidade que garanta o direito de todas as pessoas! Mas dependendo para quem ela é feita, a resposta traz questões, experiências e vivências específicas sobre como cada pessoa vive a cidade ou vivencia seu direito a ela. Ela reflete como cada pessoa quer que a cidade seja. Reflete o desejo do jovem, do adulto, das mulheres, dos homens, dos/as negros/as, dos/as brancos/as, enfim, dos/as moradores/as do centro e da periferia.

Entre 2011 e 2015 seis organizações se uniram no programa “Juventudes e Direitos na Cidade” e desenvolveram ações com abordagens específicas em oito regiões metropolitanas brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Salvador, Paulo Afonso-BA, Recife e Delmiro Gouveia-AL). Uma das questões que esteve no centro das ações desenvolvidas foi o direito à cidade. Embora esta seja uma questão para a grande maioria dos/as brasileiros/as, quando nos propomos a refletir sobre o “direito à cidade e juventude”, estamos falando do universo de pouco mais de 43 milhões de jovens que hoje vivem nas áreas urbanas.

FOTO: VINICIUS PINHEIRO

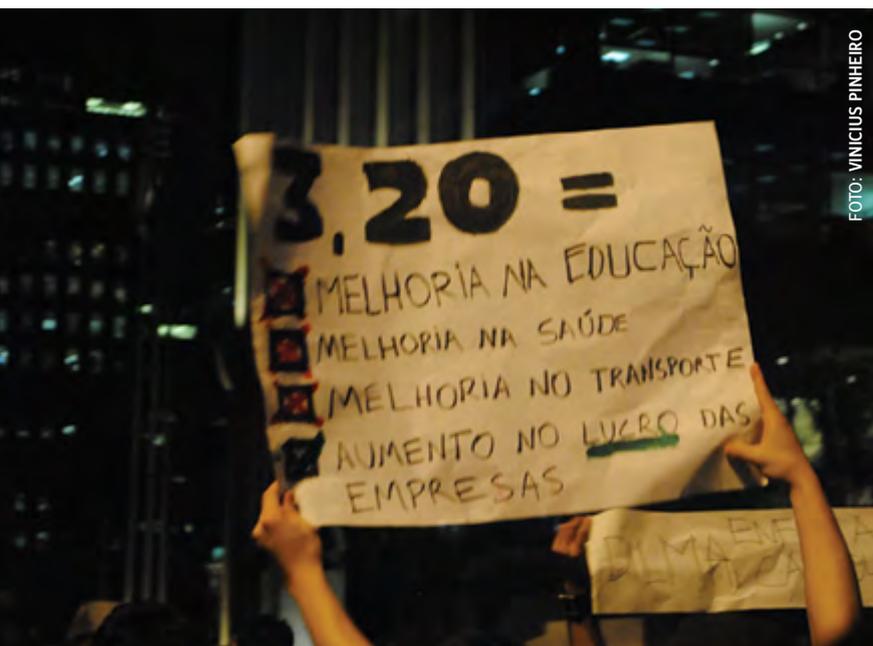


FOTO: VINICIUS PINHEIRO

Manifestação em
junho de 2013

A cidade que queremos é bem diferente da cidade que temos atualmente, vivida de forma extremamente desigual. O modo como as cidades foram urbanizadas privilegia os desejos das iniciativas privadas, especialmente do setor imobiliário. Isso resulta no afastamento da população mais pobre dos grandes centros, que vai sendo cada vez mais empurrada para locais distantes das áreas urbanas e mais equipadas, distantes dos locais de lazer, estudo e de trabalho, com nenhuma ou pouca infraestrutura urbana. Nesse contexto, o segmento juvenil é um dos mais afetados. A conclusão imediata é que o poder de interferência e de decisão sobre a cidade que queremos está nas mãos de poucos. Destacamos que o reconhecimento da juventude como sujeito de direito é algo que está em andamento, e esse movimento foi fundamental para os avanços das políticas públicas voltadas para esse segmento da população brasileira nos últimos anos. Desde a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2005, busca-se garantir e ampliar os

direitos das juventudes. Salientamos que esta é uma categoria no plural, ou seja, estamos falando de “juventudeS”.

O caráter relacional da identidade geracional com os demais pertencimentos de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe socioeconômica, local de moradia, entre outros, se insere no atual momento de se viver e pensar a identidade. Nesse sentido, podemos pensar que um dos elementos que influenciam e situam as juventudes em suas construções, nas últimas décadas, é a construção histórica do direito à cidade, da qual as próprias juventudes fizeram parte. A experiência mais recente e acumulada da vida urbana trouxe a necessidade de movimentos e reivindicações por um conjunto de direitos, que dentro do repertório dos direitos humanos, tratasse de especificidades desses direitos na cidade, bem como seu acesso em plenitude (BARROS e SILVA, 2012).

Ao mesmo tempo, em diversas capitais de países como a Tunísia (2010), Espanha (2011), Estados Unidos (2011), Turquia (2013) e Brasil (2013), o começo da década de 2010 apresentou revoltas populares - com fortes marcas de coletivos jovens questionadores do modelo de política, onde os processos decisórios se concentram em poucas/os representantes. No caso do Brasil, por exemplo, os últimos cinco anos resultaram em grandes transformações para as cidades brasileiras, umas mais do que outras.

“O reconhecimento da juventude como sujeito de direito é algo que está em andamento, e esse movimento foi fundamental para os avanços das políticas públicas voltadas para esse segmento da população brasileira nos últimos anos”

Sobretudo a partir de 2013, a realização dos chamados “megaeventos” reconfigura as cidades, modificando o espaço urbano e ampliando as desigualdades existentes, principalmente as várias formas de violência dirigidas às juventudes. As transformações se sustentaram no discurso da competitividade de cidades globais que consolida um projeto de cidade para os negócios. É possível dizer que as ruas, praças e avenidas de grande passagem e concentração de pessoas não foram só o espaço físico que abrigou esses movimentos. Elas foram o objeto e o meio a partir do qual se tratou de desafiar o sistema político-econômico e um de seus eixos principais de organização: as cidades. Segundo o pesquisador Paulo César Carrano,

“a cidade é transformada de espaço anônimo a território pelos jovens atores urbanos” (2008).

Utilizando-se da internet como principal meio de mobilização, os coletivos se organizaram de forma independente e não institucionalizada, fazendo com que as mobilizações locais ganhassem uma esfera global. A facilitação do acesso a equipamentos audiovisuais também contribuiu para a promoção destes grupos que produzem suas próprias narrativas e dão visibilidade às suas causas através das redes sociais. Nesse contexto, as juventudes têm dado uma grande contribuição no que tange ao direito à cidade, ao se apropriar do tema para construir seus movimentos, discutir seus direitos e sua incidência nas políticas públicas.

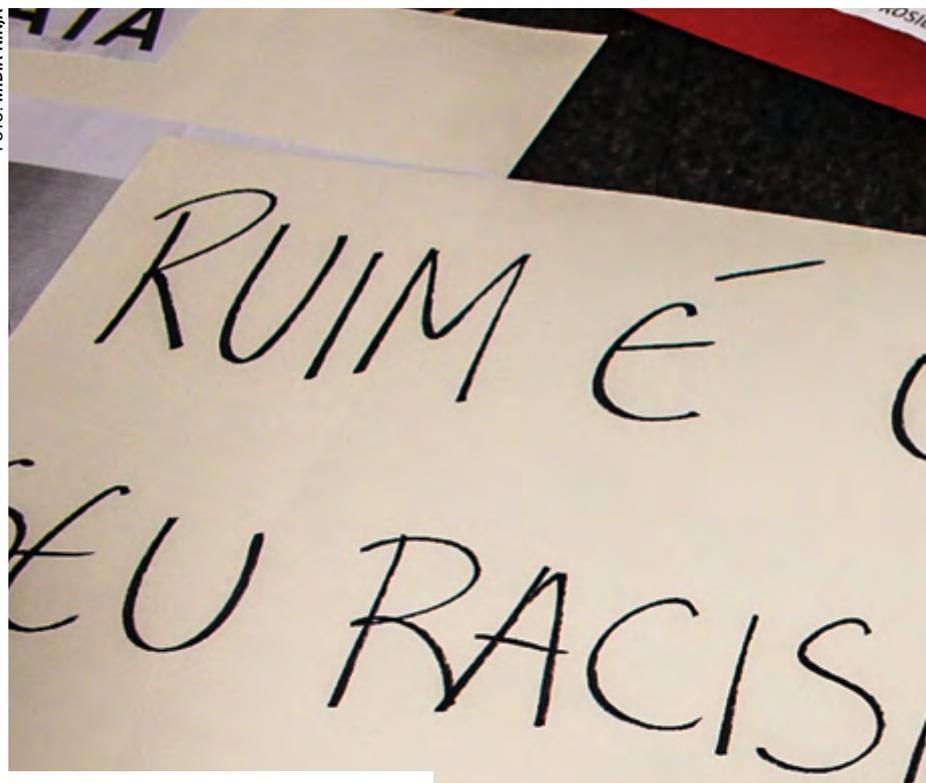


Ato Sou Negro, Sou Suspeito

A juventude se organiza, constrói e transforma espaços anônimos em territórios de resistência, pensando assim o direito à cidade. É na cidade, na vida urbana, que as desigualdades são experimentadas de forma profunda pelas juventudes, sobretudo as negras e, em especial, as mulheres jovens negras. É possível perceber o quanto a negação desse direito marca os corpos e identidades das/os jovens. A política sexual que recai sobre as mulheres jovens, seja nos transportes públicos ou na rua, se articulam também com o controle racista e elitista sobre seus corpos. Além do acesso à mobilidade e à integridade física e moral das mulheres nos espaços públicos e os direitos sexuais e reprodutivos, também podemos encontrar poucos lugares que asseguram o reconhecimento, a prática e o acesso às informações sobre esses direitos às mulheres jovens, e que somente algumas - de acordo com a raça, classe e sexualidade - serão consideradas sujeitas de tais direitos nesses locais.

O acirramento das desigualdades nas cidades integra um amplo cenário de implementação do neoliberalismo no Brasil e no mundo desde o final da década de 1980, fundamental para compreender os condicionamentos e as perspectivas de resistência das juventudes nos dias de hoje. Segundo grupos de jovens organizadas/os, a globalização que se segue acaba definindo as condições sociais, econômicas, políticas e históricas vividas pelas últimas gerações, suscitando outras percepções sobre as opressões frente às quais lutar (CACACE, 2006).

Aos jovens negros, a criminalização racial e a militarização dos territórios de favela e periferia têm feito aumentar o número de assassinatos, a última de uma série de violações que comprometem suas vidas e direitos. E as mulheres jovens? Como viver a cidade plenamente se esta não provê uma rede de serviços públicos que retire da sua esfera de “responsabilidade” - histórica e social - os cuidados com a casa, as pessoas idosas, doentes e crianças?



“É na cidade, na vida urbana, que as desigualdades são experimentadas de forma profunda pelas juventudes, sobretudo as mulheres jovens negras”



Ato Somos Todos Cláudia

...IA DA SILVA, 19 ANOS,

...VILAS BOAS, 26 ANOS

Sou negro
caso de er
não chame o
para me soc

o
mo.

Com choque
Cláudia da S
de Janeiro
domingo, dia
estava prese
alegando que
malas da via
Cláudia fot
tratamento
con

As políticas de (in)segurança pública que traçam um perfil criminoso nos contam sobre o local de moradia, as roupas, a cor/raça, a maneira de andar, a idade e se debruçam sobre o gênero de diversas formas para criminalizar a juventude negra. Além da ameaça à vida, a criminalização versa sobre a dimensão identitária das/os jovens que persegue. Mesmo diante de tantas violações, as juventudes têm construído iniciativas de resistência múltiplas e diversas. Nos cinco anos do projeto “Juventudes e Direitos na Cidade”, a descoberta e afirmação identitária fizeram parte do processo de organização e ação política das/os jovens.

Certamente, quando pensamos no transcurso da vida das/dos jovens nas cidades, não podemos ignorar a estrutura patriarcal e racista¹ que influen-

ciou a formação da sociedade brasileira e que imprime em nossa história e cotidiano muitas desigualdades. A condição de jovem não é reconhecida a muitas/os delas/es enquanto uma fase da vida, na qual precisa ter acesso a direitos, a partir de necessidades específicas desses sujeitos. Tampouco, o entendimento social sobre o que é ser jovem se aplica aos segmentos da juventude que sofrem mais discriminações: jovens mulheres, negras/os, transexuais, lésbicas, homossexuais e jovens de áreas periféricas e de favelas. Em suma, a cidade pode ser um universo que possibilite ou dificulte a autoidentificação desses sujeitos enquanto jovens e em relação às demais dimensões identitárias de raça, gênero, sexualidade, local de moradia, entre outras.

“Além da ameaça à vida, a criminalização versa sobre a dimensão identitária dos jovens que persegue. Mesmo diante de tantas violações, as juventudes têm construído iniciativas de resistência múltiplas e diversas”

Ato Sou Negro,
Sou Suspeito



FOTO: ROBSON B. SAMPAIO

NOTA

1. O racismo institucional, também denominado racismo sistêmico, como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados – negros/as, indígenas, ciganos/as, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana – atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nestes grupos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Joana; **SILVA**, Evanildo Barbosa da. *Juventude e justiça ambiental: que papo é esse?*. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2012.

CACACE, Marina. *Mujeres Jóvenes y Feminismo. Valores, Cultura y comportamientos frente a frente*. Narcea, S.A. De Ediciones, 2006.

CARRANO, Paulo. *Jovens pobres: modos de vida, percursos urbanos e transições para a vida adulta*. Ciências Humanas e Sociais em Revista. Seropédica - RJ, Edur, vol. 30, n. 2, jul-dez 2008.



Organização sem fins lucrativos, que promove direitos educativos, culturais e da juventude. Realiza atividades de formação e apoio a grupos de educadores, jovens e agentes culturais. Promove ações coletivas que visam à realização desses direitos, no nível local, nacional e internacional. Desenvolve pesquisas, divulga informações e análises com foco nas políticas públicas na perspectiva dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e de gênero.

RUA GENERAL JARDIM, 660
VILA BUARQUE - SÃO PAULO - SP
CEP: 01223-010
TEL: +55 (11) 3151.2333

acaoeducativa.org.br
f /acaoeducativa
@acaoeducativa



Organização social de inspiração cristã e sem fins lucrativos, atua há 48 anos pela defesa e promoção dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA's) no Brasil. Está presente em três estados do Nordeste - Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte -, região que concentra mais de 40% da população pobre do país. É membro da ACT Aliança, uma organização global de ajuda humanitária e apoio a projetos de desenvolvimento social, com membros em mais de 125 países.

RRUA MARQUES AMORIM, 599
ILHA DO LEITE - RECIFE - PE
CEP: 50070-395
TEL: +55 81 3221.0508

diaconia.org.br
f /diaconiabr
@diaconia_br



Entidade da sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 1961. Sua missão é contribuir para construção de uma sociedade democrática por meio de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.

RUA DAS PALMEIRAS, 90
BOTAFOGO - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22270-070
TEL: +55 (21) 2536 7350

fase.org.br
f //ONGFase
@ONGFase



O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é uma organização de cidadania ativa sem fins lucrativos, que produz e formula conhecimentos, análises, questões e propostas como argumentos para a ação democrática transformadora. Seu campo prioritário de ação é o espaço público.

RUA SENADOR DANTAS, 40 / 2º ANDAR
CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 20031-203
TEL: +55 (21) 3528-3535

ibase.br
f /ibase.br
@ibasenet



Organização sediada no Rio de Janeiro, com atuação nacional e internacional. É uma entidade ecumênica de serviço composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Integra o movimento ecumênico e presta serviços ao movimento social.

RUA SANTO AMARO, 129
GLÓRIA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22211-230
TEL: +55 (21) 3042-6445

koinonia.org.br
f /koinoniapes
@koinoniapes



O Viva Favela é um projeto do Viva Rio, cuja experiência com atividades e propostas relacionadas ao jornalismo começou em 2001. Sua proposta central visa a integração social, inclusão digital e refletir a vida das populações do universo das favelas.

RUA DO RUSSEL, 76
GLÓRIA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22210 - 010
TEL: 55 (21) 2555 3750 RAMAL 3274

vivafavela.com.br
f /VivaFavela
@vivafavela



OPERASJON
DAGSVERK



NORWEGIAN CHURCH AID